

As quatro últimas semanas da convocação foram marcadas por intensa atividade legislativa, com a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emendas à Constituição

Balanço positivo: Senado já votou 49 propostas



A convocação extraordinária termina nesta terça-feira com o saldo de importantes matérias aprovadas, como a proposta que muda as regras de tramitação das medidas provisórias, a que extingue a remuneração extra dos parlamentares durante a convocação e reduz o recesso de 90 para 55 dias, e as que regulamentam a reforma do Judiciário.

PÁGINAS 3 A 6

Plenário mobilizado: só na quarta-feira passada foram realizadas no Senado 20 sessões sucessivas

— cidadania

Compra e aluguel de imóveis: como fugir de dores de cabeça

PÁGINA 24

Dimas deve falar sobre a "lista de Furnas"

Ex-diretor de Furnas, Dimas Toledo deve falar nesta quarta-feira à CPI dos Correios sobre a política supostamente beneficiados por esquema de caixa dois. Em depoimento à Polícia Federal, chamada "lista de Furnas", que contém relação de políticos supostamente beneficiados por esquema de caixa dois. Em depoimento à Polícia Federal, na sexta-feira, Dimas afirmou que a lista é falsa.

PÁGINAS 11 A 14

Projeto moderniza o sistema de câmbio

PÁGINA 7

Super-Receita: relator vê chance de aprovação

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

180 ANOS DO SENADO

Jornal começa a contar uma história que vem do Império

PÁGINA 20

O Palácio Monroe, no Rio, foi a segunda sede do Senado



Decisão sobre dívida rural pode sair até terça

O projeto de lei da Câmara que autoriza a renegociação das dívidas de produtores rurais nordestinos deve ser votado pelo Plenário até esta terça-feira, quando termina o período de convocação extraordinária. Na última quarta-feira foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN), e apoiado pelo governo. A sessão desta segunda-feira será deliberativa e o projeto deve constar da pauta.

Desde o início da década de

1990, o Nordeste já passou por sete anos de seca e duas enchentes, com prejuízos para a produção agropecuária. Seriam beneficiados com a renegociação produtores da área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) com dívidas contraídas de setembro de 1999 ao final do ano 2000. No caso de contratos com o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), o período se estende de 1996 a 2000. A repactuação prevê prazo de pagamento de 25 anos, com encargos financeiros variáveis de 1,5% a

5% ao ano, crescente em função do valor do contrato.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu mudanças no projeto (PLC 142/05) para que a renegociação se restrinja ao semi-árido nordestino e aos micro, pequenos e médios produtores. "Há demandas de toda ordem, mas o semi-árido nordestino é uma região extremamente carente, que tem recorrentemente problemas climáticos, deprimida economicamente, que precisa de um tratamento diferenciado", disse.

Borges defende texto aprovado na Câmara

O senador César Borges (PFL-BA) fez um alerta, da tribuna, para uma possível manobra do governo federal para adiar novamente a votação do projeto de lei que autoriza a renegociação das dívidas rurais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A matéria está em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde é relatada pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

– O Ministério da Fazenda está mais uma vez abusando da paciência do povo do Nordeste ao procrastinar a aprovação do projeto. Apelo aos senadores para que façam um esforço acima dos partidos e das regiões para que possamos aprovar a matéria como veio da Câmara e não nos sujeitarmos à ameaça de veto do presidente Lula.

Borges acusou o governo de criar uma mistifi-



César Borges alerta para possível manobra do governo no sentido de adiar de novo a votação

cação em torno da proposta, ao sustentar que a medida beneficia os grandes produtores. O senador disse que a repactuação proposta atende, na verdade, aos produtores que tiveram a safra frustrada e não podem arcar com os "juros escorchantes".

PEC do São Francisco pode ser aprovada este semestre

Com o objetivo de revitalizar a bacia do rio São Francisco, proposta de emenda à Constituição (PEC) em tramitação na Câmara cria um fundo que poderá receber entre R\$ 250 milhões e R\$ 300 milhões por ano. Como a previsão é que esse fundo tenha duração de 20 anos, o total de investimentos somaria, em valores de hoje, entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões.

De acordo com a proposta, já aprovada pelo Senado, os recursos serão utilizados no reflorestamento das margens do rio, com a recomposição de matas ciliares; combate à erosão e ao assoreamento; ações contra o desmatamento provocado pela produção de carvão e pela extração de madeira; e tratamento dos esgotos que são despejados no rio ou em seus afluentes; além de projetos de desenvolvimento sustentável envolvendo as populações ribeirinhas.

A PEC 524/02 foi aprovada na última quarta-feira em uma comissão especial da Câmara. O deputado Fernando Ferro (PT-PE), que atuou como relator da proposição, acredita que a matéria possa ser votada pelo Plenário da Casa já nesta semana, para em seguida ser

reenviada ao Senado.

– Creio que, com o acordo que há entre os parlamentares, a tramitação será rápida e a proposta estará definitivamente aprovada até o final deste semestre – prevê o deputado.

A proposta de revitalização da bacia do rio São Francisco foi apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) em agosto de 2001. O Senado a aprovou em abril de 2002,

e, desde então, a matéria tramita na Câmara. Mas, após a greve de fome realizada no ano passado pelo bispo dom Luiz Flávio Cappio em defesa do rio São Francisco, que obteve repercussão nacional, a proposta voltou a ganhar visibilidade.

O bispo protestava contra a intenção do governo federal de transpor parte das águas, afirmando que tal projeto traria mais prejuízos que benefícios à região do semi-árido brasileiro, e defendia a revitalização de sua bacia. Cappio encerrou a greve de fome no mês de outubro, depois que o governo federal se comprometeu em aprovar a emenda, cuja essência foi mantida no substitutivo acolhido pela comissão especial da Câmara dos Deputados.

Revitalização deverá contar, por ano, com verba de até R\$ 300 milhões

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h – CPI DOS CORREIOS

Segurança do BB – A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção ouve o gerente-geral da Unidade de Segurança do BB, Edson de Araújo Lobo.

Corretoras – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve representantes da corretora Dillon.

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Dedução – Projeto que autoriza a dedução, no IR, das doações aos fundos em favor da criança e do adolescente (PLC 51/04). Autora: deputada Ângela Guadagnin (PT-SP). Relator: senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

10h – CPI DOS CORREIOS

Reunião administrativa – Requerimentos e agenda de depoimentos.

Combate à corrupção – Participação do presidente da CVM, Marcelo Trindade, do diretor da Susep, João Marcelo Máximo, e do procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe Brandão na reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção.

Fundos de pensão – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve

representantes do fundo Serpros e das corretoras Quality e Santos Asset Management.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS E INFRA-ESTRUTURA

Operação tapa-buracos – Os parlamentares ouvem o ministro dos Transportes e o diretor-geral do Dnit sobre a operação tapa-buracos nas rodovias.

10h – EDUCAÇÃO

Fundeb – O ministro da Educação discute o Fundeb.

10h30 – CPI DOS BINGOS

Bingos – Depoimento do presidente da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin), Olavo Sales da Silveira.

QUARTA-FEIRA

10h – CPI DOS CORREIOS

Funaro – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve representantes de corretoras, entre eles Lúcio Bolonha Funaro, considerado o verdadeiro dono da Guaranhuns.

Lista de Furnas – A CPI ouve o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo sobre lista com nomes de 156 políticos que teriam sido beneficiados por um

esquema de desvios na estatal.

12h – CPI DOS BINGOS

Jogos – Toma depoimento de Rui Manuel Mendes Francisco, ligado a jogos.

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Acordos internacionais – Projetos de decreto legislativo com textos de acordos internacionais.

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

CLT – Projeto que proíbe a exigência de carta de fiança para empregos pela CLT (PLC 103/05). Autor: ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA). Relator: senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

14h – CPI DOS CORREIOS

Fundos de pensão – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve Ricardo Monteiro de Castro Melo, do Centrus, e Adrei Antônio De Gasperi, do Portus.

10h30 – CPI DOS BINGOS

Jogos – Ouve o promotor José Pedro Taques e o juiz Julier Sebastião da Silva.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Aposentados - A hora do expediente da sessão será destinada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros.

Dívida rural - O Plenário deve votar o projeto (PLC 142/05) que permite a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

QUARTA-FEIRA

16h - Sessão solene do Congresso Nacional

Abertura do ano legislativo - Sessão solene com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, entre outras autoridades, vai formalizar o início do novo ano legislativo. Na ocasião, um representante da Presidência da República vem ao Congresso para entregar a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Ainda não estão definidas as matérias da agenda dessas sessões.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CONGRESSO Convocação extraordinária foi marcada pelo exame de projetos relevantes para a sociedade

Maratona já garantiu a aprovação de 49 matérias



Com votação rápida das MPs, Plenário consegue avançar na votação das matérias em pauta

Depois de sofrer críticas durante o primeiro mês de convocação extraordinária, os senadores tiveram quatro semanas de grande produtividade nas atividades legislativas, marcadas pela aprovação de matérias de grande repercussão junto à opinião pública e pelo compromisso de dar respostas à sociedade. O Senado aprovou até a última quinta-feira 49 matérias (veja quadro abaixo), entre projetos, medidas provisórias (MPs) e propostas de emenda à Constituição (PECs), como a que altera a tramitação das MPs (PEC 72/05).

Ao contrário do que acontece nos períodos de trabalho ordinário, as MPs foram votadas rapidamente. Assim, a pauta do Senado ficou trancada em poucas

sessões, permitindo a votação de oito PECs, nove projetos de lei da Câmara, um projeto de lei do Senado (PLS), nove autorizações para tomada de empréstimos, oito indicações de autoridades e quatro projetos de decreto legislativo. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também votou, em caráter terminativo, um projeto de lei do Senado.

Na quarta-feira passada foram realizadas 20 sessões sucessivas, o que permitiu a votação, em tempo recorde, de três emendas à Constituição, como a PEC 8/06, que extinguiu a remuneração extra durante a convocação extraordinária e

encurtou o recesso parlamentar, de 90 para 55 dias por ano. Foi dessa forma que o Congresso reagiu às pressões, veiculadas pela imprensa, contra as antigas regras.

Outra medida com forte impacto, de iniciativa do Senado, muda o papel das MPs (PEC 72/05). A expectativa é que as regras aprovadas pelos senadores – que ainda têm de passar pela Câmara – venham a agilizar os trabalhos legislativos, já que, em 2005, MPs trancaram 65% das sessões deliberativas do Senado (veja matéria na página 4).

No que diz respeito à continuação da reforma do Judiciário,

os senadores aprovaram três projetos da Câmara (PLCs 90, 101 e 116/05) que mudam o Código de Processo Civil, em relação ao julgamento de ações repetitivas, à interposição de recursos e a outros aspectos dos ritos processuais. Os senadores também aprovaram a regulamentação da súmula vinculante (PLS 13/06) – dispositivo que obriga todos os tribunais a seguir as decisões do Supremo Tribunal Federal em questões controversas.

O projeto de lei sobre a gestão de florestas públicas (PLC 62/05) foi aprovado pelo Senado, voltou para a Câmara, onde foi votado novamente, e foi à sanção presidencial. O projeto permite a concessão à iniciativa privada de áreas florestais para a exploração sustentável por até 40 anos.

Emenda do Senado determina que concessões de áreas maiores que 2,5 mil hectares sejam aprovadas pelo Congresso.

Também foi aprovada pelo Senado, durante a convocação extraordinária, a PEC 7/06, que permite a contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde por meio de processo seletivo público, em vez de concurso público. A Casa aprovou ainda a PEC 31/00, que concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção; e a PEC 59/04, modificando o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Foi acolhido ainda o PLC 144/05, que aumenta a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, com matrícula aos seis anos de idade.

Produtividade nas convocações

Não foi apenas este ano que o Senado foi produtivo em uma convocação extraordinária. Na atual legislatura, o Congresso foi convocado extraordinariamente outras quatro vezes, quando o Senado aprovou mais de 60% das matérias submetidas ao Plenário e às comissões.

Na primeira convocação extraordinária da legislatura, em julho de 2003, das 27 propostas listadas, 15 tiveram sua tramitação finalizada. Entre as matérias em exame, destacava-se a reforma do Judiciário (PEC 29/00), que viria a ser aprovada no ano seguinte. O Senado também aprovou e enviou à Câmara o Estatuto do Desarmamento (PLS 292/99), que proibiu o porte de armas de

fogo para cidadãos comuns.

Período permitiu o exame do Bolsa-Família

De 16 a 23 de dezembro de 2003, enquanto o Congresso analisava o Orçamento para o ano seguinte, os então presidentes da Câmara e do Senado, João Paulo Cunha e José Sarney, definiram outras matérias para análise nas duas Casas. No Senado, das sete propostas relacionadas, cinco tiveram a votação ultimada, com destaque para a PEC da reforma tributária, que aguarda votação na Câmara. Os senadores também concluíram a apreciação do Programa Bolsa-Família.

No ano seguinte, o Congresso voltou a se reunir extraordinaria-

mente de 19 de janeiro a 13 de fevereiro e o Senado aprovou três das oito propostas em pauta.

A convocação extraordinária anterior à atual aconteceu de 16 a 23 de dezembro de 2004. O Senado limpou sua pauta, composta de dois PLCs que tratavam da revisão das carreiras dos servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Ministério Público da União.

Ou seja, de 2003 a 2005, das 39 matérias analisadas pelo Senado durante períodos de convocação extraordinária, a Casa finalizou a tramitação de 25, ou 64,1%, das proposições submetidas. Deve ser levado em conta ainda que as demais propostas tiveram sua tramitação adiada.

Mais da metade das matérias listadas pode ser concluída

Dos 41 projetos que foram listados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para exame na convocação extraordinária, o Senado finalizou a votação de 20. O número confirma a avaliação do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, que, no Jornal do Senado de 19 de dezembro, afirmou:

– Pela natureza das matérias, metade deve ter a tramitação concluída no Senado até 14 de fevereiro – disse Carreiro, destacando que algumas, como as propostas de emenda à Constituição (PECs), dependem de prazos que poderiam não se esgotar até o fim da convocação.

Nos dois últimos dias de con-

vocação extraordinária, Carreiro considera que o Senado pode superar sua expectativa inicial com outras votações, como a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, dois projetos da Câmara e a indicação do jurista Enrique Ricardo Lewandowski para o STF.

Carreiro destaca ainda a aprovação de outras 29 matérias que fazem parte do rol de competências privativas do Senado e do Congresso, como a aprovação de chefes de missão diplomática, ratificação de acordos internacionais, autorização para empréstimos externos e aval para a programação monetária.

Levantamento dos trabalhos no período extraordinário

- ▶ Matérias listadas nos atos convocatórios - 41
- ▶ Matérias com tramitação finalizada - 20
- ▶ Outras matérias com tramitação finalizada - 29

Propostas de emenda à Constituição - 10

- ▶ Com tramitação ultimada - 8
 - Enviadas à Câmara - 6
 - Enviadas à promulgação - 2
- ▶ Seguem tramitando - 2

Medidas provisórias - 7

- ▶ Enviadas à promulgação - 6
- ▶ Enviadas à Câmara - 1

Projetos de lei - 30

- ▶ Com tramitação ultimada - 11
 - Enviados à Câmara - 3
 - Enviados à sanção - 8
- ▶ Seguem tramitando - 19

Projetos de resolução sobre indicação de autoridades - 8

- ▶ Enviados à promulgação - 8

Projetos de decreto legislativo - 4

- ▶ Com tramitação ultimada - 4
 - Enviados à promulgação - 4

Projetos de resolução sobre solicitação de empréstimos - 9

- ▶ Enviados à promulgação - 9

Congresso promulga fim da verticalização nesta terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou reunião solene do Congresso Nacional, para esta terça-feira, às 14h30, para promulgar as Propostas de Emenda à Constituição 4/02, que acaba com a exigência da verticalização nas eleições do país, e a 8/06, que reduz o período de recesso parlamentar de 90 para 55 dias.

Renan também convocou sessão deliberativa do Senado para esta segunda-feira e, dependendo do quórum, e se os líderes aceitarem pedir urgência para a tramitação, deverá ser votada a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb (PEC 9/06).

Também poderá ser exami-

nado até terça-feira, último dia da convocação extraordinária, o PLC 143/05, que dispõe sobre nova loteria – a Timemania –, visando cobrir dívidas dos clubes de futebol junto à Previdência Social.

O Plenário pode decidir ainda sobre a indicação do jurista Enrique Ricardo Lewandowski para o Supremo Tribunal Federal; o PLC 107/03, que disciplina a utilização da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica; e o PLC 142/05, que dispõe sobre a repactuação de dívidas contraídas por produtores rurais do Nordeste junto ao sistema financeiro; e o PLC 19/06, que viabiliza a criação da cidade digital em Brasília.

PLENÁRIO Novas regras para tramitação de medidas provisórias seguem agora para a Câmara dos Deputados

Senado altera tramitação de MPs

A proposta de emenda à Constituição que altera a tramitação das medidas provisórias foi aprovada em segundo turno, na última quarta-feira, pelos senadores. A PEC 72/05 será examinada agora pela Câmara. A matéria foi considerada pelos parlamentares uma das prioridades da convocação extraordinária e está entre as principais bandeiras do mandato de Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado.

– Este é um momento glorioso do Senado – afirmou Renan.

Foram oito sessões de discussão e duas votações – 58 votos a favor e 1 contra na segunda – concluídas no 18º dia útil da convocação extraordinária. Diversos senadores, tanto da oposição quanto da bancada governista, exaltaram o resultado do esforço do Senado, considerando a aprovação da matéria uma vitória do Legislativo.

– Esta é uma vitória da Casa, de todos os partidos. Todos os partidos votaram sim – comemorou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), primeiro signatário da proposta.

Renan lembrou que, durante os trabalhos do Plenário em 2005, teve que enfrentar a obstrução

da pauta do Senado por MPs em 65% das sessões deliberativas. Com base em acordo partidário, e sem pedidos de verificação de quórum, o Senado conseguiu aprovar três PECs no mesmo dia. Além das novas regras para as MPs, foram votadas a que reduz o recesso e impede o pagamento de salários extras a parlamentares (PEC 8/06), e a medida provisória que permite a contratação de agentes comunitários por seleção pública e não por concurso público (PEC 7/06).

Na condição de presidente do Congresso e responsável, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela convocação extraordinária, Renan Calheiros elogiou o trabalho dos líderes e a presença dos parlamentares, que viabilizaram votações, em sua opinião, fundamentais ao país. Visando cumprir a pauta acordada, foram necessárias 20 sessões extraordinárias, algumas com duração inferior a um minuto, para que formalmente as discussões e votações pudessem ser efetuadas.

Renan Calheiros informou que pretende promulgar as propostas de emenda à Constituição aprovadas em definitivo em sessão



Plenário aprovou a PEC que muda a tramitação das MPs, com voto favorável de todos os partidos

do Congresso Nacional nesta terça-feira, às 14h30.

Mercadante espera que a Câmara faça alterações

De acordo com a PEC 72/05, a medida provisória perderá sua "força de lei", ou seja, a característica de ter seus efeitos vigorando a partir da data de sua publicação. Essa foi a parte do texto que causou mais polêmicas durante o debate da proposta. O líder do governo,

senador Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou que lutará pela rejeição desse ponto na Câmara dos Deputados, pois, no seu entendimento, a MP deveria entrar em vigor imediatamente para permitir que o governo, em caso de calamidades ou de crises financeiras, por exemplo, pudesse adotar providências imediatas.

– A Câmara ainda precisa votar e o texto precisa voltar para o Senado. É um caminho muito longo

– disse Mercadante.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a "coragem" do Senado.

– Até para comprar goiabada cascão as MPs foram usadas – assinalou Paim.

Ele disse que, mais adiante, o Legislativo deveria acabar com o instituto da MP, que, em sua opinião, tem sido usado "de maneira irresponsável" pelo Executivo desde o início da vigência da atual Constituição.

Manifestações dos senadores

Não há vitória minha; a vitória é do Congresso, do Senado, porque todos os partidos que aqui militam, sem exceção, votaram "sim"

Antonio Carlos Magalhães

Se o Congresso apoiou tantas MPs, ajudou a desmoralizar um instrumento essencial para a agilidade da administração pública.

Heloísa Helena

É um avanço, especialmente pelo mecanismo de submeter o início da vigência da MP ao reconhecimento dos requisitos de admissibilidade pela CCJ de uma das Casas.

Garibaldi Alves Filho

A MP é um obstáculo à criatividade dos legisladores, que poderiam debruçar-se sobre muitos projetos que são apresentados mas que não chegam ao Plenário.

Antônio Carlos Valadares

As MPs são contestadas por todos nós e pela grande maioria da população, mas ainda não tínhamos o remédio contra elas. O Senado o encontrou.

Luiz Otávio

A emenda vai dar novo alento, principalmente ao Senado, onde vamos poder discutir mais as medidas provisórias antes de aprová-las.

José Jorge

Retirar a prerrogativa do presidente da República de poder editar MP com eficácia de lei vai trazer problemas de governabilidade ao país.

Aloizio Mercadante

Estamos votando uma matéria que vai desobstruir os trabalhos congressuais. Estamos fazendo nossa parte. Quem ganha com isso? A sociedade brasileira e a imagem do Congresso.

José Agripino

É uma nova realidade que cria a perspectiva do dinamismo na nossa relação com a sociedade e com o Executivo. E na relação do Executivo com os seus interlocutores.

Arthur Virgílio

Estamos vivendo o momento mais importante da vida do Senado. O Congresso Nacional, a rigor, passou a ser proforma a partir da Constituinte. Essa humilhação terminou hoje.

Pedro Simon

Mudanças propostas para a edição de medidas

A proposta de emenda constitucional (PEC 72/05) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias precisa ainda ser votada na Câmara. Se acolhida naquela Casa, volta ao Senado.

De acordo com o texto aprovado em segundo turno pelo Senado na semana passada, as novas regras para MPs são as seguintes:

1) A principal alteração é que as MPs deixarão de ter "força de lei" a partir da publicação, submetendo-se obrigatoriamente à análise prévia do Congresso Nacional em relação aos critérios de relevância e urgência para sua admissibilidade. Dessa forma, as medidas do Executivo passarão a gerar efeitos apenas se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa onde a matéria tiver seu trâmite iniciado aprovar a admissibilidade. Para tanto, a comissão terá três dias para deliberar, com igual prazo

para recurso em Plenário.

2) As Casas do Congresso passam a alternar o papel de Casa iniciadora, cabendo à Mesa do Congresso a responsabilidade pela distribuição das medidas provisórias. Atualmente, o trâmite de todas as MPs se dá pela Câmara dos Deputados.

3) Também foi alterada a vigência da MP, que deixa de ser de 60 dias com prorrogação por igual período, e passa a ser de um período de 120 dias improrrogável.

4) O prazo para trancamento da pauta de deliberações, que hoje é de 45 dias e corre conjuntamente para ambas as Casas, passa a ser contado separadamente. Assim, 60 dias serão reservados para a Câmara dos Deputados apreciar a matéria, trancando a pauta a

partir do 45º dia. Para o Senado, o prazo para apreciação da MP será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia.

Findos os prazos, a MP não pára; se a Casa iniciadora não tiver concluído a apreciação, ela segue à revisora. Se a revisora não

apreciar em tempo hábil, a MP vira projeto de lei em regime de urgência. Os 15 dias restantes servirão para a Casa iniciadora apreciar emendas da Casa revisora ou

para conclusão da deliberação da primeira.

5) O Executivo não poderá mais tratar de aumento ou criação de impostos e contribuições sociais na forma de medidas provisórias, mas o uso de MPs para a redução de alíquotas e extinção de tributos fica permitido.

MPs só terão validade se a CCJ aprovar antes sua urgência e relevância

Súmula vinculante vai ao exame da Câmara

O Plenário aprovou na última quinta-feira, em turno suplementar, o projeto de lei do Senado (PLS 13/06) que regulamenta a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta foi elaborada pela Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que concluiu os trabalhos em dezembro e teve como relator o senador José Jorge (PFL-PE). A matéria segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Criada pela reforma do Judiciário (Emenda Constitucional

45/04), a súmula vinculante tem como objetivo evitar a insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questões idênticas. Esse instrumento obriga todo o Judiciário e administração pública a seguir a interpretação do STF sobre normas em que haja controvérsia. A súmula, que contempla reiteradas decisões sobre matéria constitucional, precisa da aprovação de dois terços dos ministros da alta corte, ouvido o procurador-geral da República.

De acordo com o projeto, podem pedir a edição, revisão

ou cancelamento das súmulas, entre outros, o presidente da República; o advogado-geral da União; e as Mesas da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional. O pedido também poderá ser feito por governadores, assembleias legislativas; tribunais superiores, tribunais de Justiça e tribunais regionais; procuradores-gerais da República, dos estados e de Justiça do ministério público estadual; Conselho Federal da OAB; defensores públicos-gerais da União e dos estados; e partidos políticos com representação no Congresso.

PLENÁRIO Convocações extraordinárias só ocorrerão se aprovadas por maioria absoluta na Câmara e no Senado

Ensino na Marinha será modernizado

O Senado aprovou o projeto de lei (PLC 139/05), do Executivo, que moderniza a legislação sobre o ensino na Marinha, adequando-a à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) e ao estágio atual do sistema educacional naval-militar. A matéria vai agora a sanção presidencial. O projeto, que deve substituir a Lei 6.540/78, prevê que o ensino na Marinha inclua ensino médio, ensino profissionalizante e educação superior nas áreas mais ligadas às atividades militares. Haverá cursos de preparação para aspirantes e de formação de oficiais e praças, além de cursos de graduação e pós-graduação. O Colégio Naval será encarregado da educação de nível médio, enquanto a Escola Naval será responsável pelos cursos de graduação em nível superior e a Escola de Guerra Naval promoverá os cursos de pós-graduação. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que é importante atualizar a legislação, que ainda é da década de 70.

Aprovados nomes de presidente e diretora da Anac

O Plenário aprovou a indicação de Milton Sérgio Silveira Zuanazzi para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Denise Maria Ayres de Abreu para o cargo de diretora.

Zuanazzi disse que a principal missão da Anac é fazer com que os aviões “voem cheios”. Ele é engenheiro mecânico e pós-graduado em Sociologia. Já foi secretário de Turismo do Rio Grande Sul, lecionou nas universidades Uniceub, de Brasília, e na Universidade de Caxias do Sul, e atualmente está na Secretaria de Políticas do Turismo, do Ministério do Turismo.

Denise Abreu é paulista, formada em Direito pela PUC-SP, e já assumiu vários cargos de direção na administração pública estadual e federal. Trabalhou na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e na assessoria jurídica do governo do estado. E exerceu função na Casa Civil, onde atuou na formulação de políticas para o setor aéreo.

Recesso parlamentar é reduzido de 90 para 55 dias

Os senadores aprovaram a proposta de emenda à Constituição (PEC 8/06) que reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar do Congresso Nacional. No primeiro turno, a emenda recebeu 57 votos favoráveis, enquanto que no segundo e último turno, o número de votos a favor foi 55.

Apenas o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) externou sua posição contrária, a exemplo do que já havia feito durante votação do projeto de decreto legislativo (PDL 60/06) que acabou com o pagamento da

ajuda de custo nas sessões extraordinárias.

A PEC aprovada pelo Senado prevê dois períodos de recesso: de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 de julho a 31 de julho, totalizando 55 dias. Atualmente, o recesso ocorre de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, totalizando 90 dias. No primeiro ano de cada legislatura, no entanto, o recesso terá apenas 54 dias, uma vez que a sessão preparatória para a posse dos parlamentares é realizada em 1º de fevereiro.

As regras para convocações

extraordinárias também são alteradas. Após a promulgação da PEC – em data a ser definida entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo –, as convocações só poderão ocorrer se forem aprovadas pela maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso.

A única exceção é se o presidente do Senado convocá-lo para examinar a decretação de estado de defesa ou intervenção federal, autorização para a decretação de estado de sítio ou posse do presidente da República e do vice.

Além da PEC aprovada pelos senadores, também integravam a ordem do dia três outras propostas de emenda constitucional (PECs 3/00, 12/00 e 14/01) que tratavam do mesmo assunto. Com a aprovação da PEC 8/06, as demais foram arquivadas.

Relator da PEC 08/06, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) disse que foi designado para relatar a matéria na última terça-feira. Ele assinalou que valeu a pena ter varado a madrugada preparando o relatório acolhido que reduziu o recesso parlamentar.



Acordo entre oposição e base do governo permitiu a realização de 20 sessões consecutivas para aprovação definitiva de PEC

"Momento glorioso para o Senado", diz Renan

Presidente do Congresso e responsável, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela convocação extraordinária, o senador Renan Calheiros elogiou o trabalho dos líderes e a presença dos parlamentares, que viabilizaram votações, em sua opinião, fundamentais ao interesse do país.

– Foi um momento glorioso para o Senado – afirmou Renan, depois que o Plenário aprovou a proposta de emenda à Constituição que cria novo rito para a tramitação das medidas provisórias no Congresso (PEC 72/5).

Para poder votar as três PECs em ritmo acelerado, os líderes

partidários aceitaram diminuir os prazos normais de tramitação de matérias nas comissões e no Plenário, principalmente em relação a emendas constitucionais. Foram necessárias 20 sessões extraordinárias, algumas com duração inferior a um minuto, para que formalmente as discussões e votações fossem efetuadas. O expediente utilizado é constitucional e regulado pelos regimentos do Senado e da Câmara dos Deputados e pelo Regimento Comum às duas Casas.

Renan marcou para terça-feira sessão do Congresso nacional para promulgar as PECs ainda na convocação extraordinária.

Mudança é elogiada, mas senadores destacam trabalho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Senado viveu um dos dias mais importantes de sua história, não apenas por ter diminuído o recesso legislativo, mas, sobretudo, pela conclusão da votação da PEC 72/05, que disciplina a tramitação das medidas provisórias. Durante a discussão da PEC que reduziu de 90 para 55 dias o recesso parlamentar, 17 senadores pronunciaram-se a favor da matéria. Entre os que defenderam a redução do recesso, alguns ressaltaram que 55 dias era um prazo muito pequeno.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da PEC 3/00 (que estipulava recesso de 60 dias) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que nenhum país da América do Sul, da Europa ou mesmo os Estados Unidos têm recesso inferior a 90 dias. Na direção contrária, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu recesso de 30 dias. Já Gerson Camata (PMDB-ES) expressou preferência pela PEC 12/00, que previa sessões legislativas começando em 2 de janeiro.

Favorável à mudança, Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que recesso não significa férias.

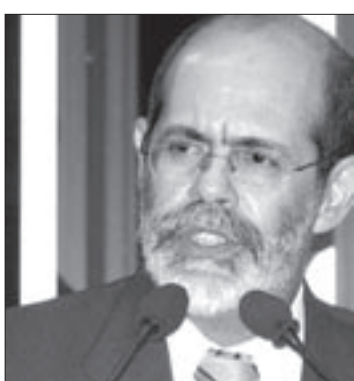
– Não se pode comparar o trabalho do parlamentar com a atividade do trabalhador comum. Nosso trabalho não se resume ao período em que estamos em Brasília – asseverou Ana Júlia.

Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacaram que um senador, para bem cumprir o seu mandato, tem que se reciclar permanentemente com a população que o elegeu.

Jefferson Péres (PDT-AM) classificou de injustas as críticas da imprensa ao Congresso, ao mostrar plenários vazios antes do início da convocação. José Jorge (PFL-PE) comemorou a diminuição do recesso por considerá-lo “um ônus que nós sempre carregávamos”. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP) também elogiaram a decisão. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pediu o fim do voto obrigatório e do voto secreto dos congressistas.



Pedro Simon disse que Plenário viveu dia histórico, com a aprovação da redução do recesso e a mudança no rito das MPs



Mesquita Júnior foi o único a votar contra: “desrespeito a um princípio constitucional”

Seleção pública para contratação de agentes comunitários

Contornada a polêmica sobre a constitucionalidade da matéria, o Senado Federal aprovou, com 51 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC 7/06) que permite a contratação dos agentes comunitários de saúde por seleção pública em vez de concurso público. A matéria segue agora à promulgação.

Ao encaminhar voto favorável, o líder do governo, Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), lembrou que a proposição, que tramitava desde 1997, estabelece que o agente tem de morar na comunidade por, pelo menos, dois anos, de modo a ter conhecimento sobre ela. A PEC estaria, na opinião do líder, apenas regularizando uma situação já existente.

O único voto contrário foi o do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), justificando sua decisão ao afirmar

que não poderia aceitar que se desrespeitasse um princípio constitucional, como é o instituto do concurso público. Na opinião do parlamentar, o Legislativo poderia ter procurado solução alternativa junto ao Ministério Público Federal, “congelando” a atual situação dos 250 mil agentes.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou o relator da proposta, senador Rodolpho Tou-

rinho (PFL-BA), por sua insistência em incluir a matéria na pauta da convocação extraordinária, e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que desde seu mandato como deputada federal vinha trabalhando pelos agentes de saúde. Tourinho agradeceu o empenho do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em dar agilidade à tramitação.

CONGRESSO Aprovada pelos deputados, proposta que cria fundo de desenvolvimento da educação básica chega ao Senado

Fundeb poderá ser votado até terça-feira

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), previu que a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) poderá ser aprovada até terça-feira, quando acaba a convocação extraordinária. A matéria (PEC 536/97), que no Senado recebeu o número 9/06, estabelece que o Fundeb financiará o ensino básico (que inclui os ensinos fundamental e médio), a educação de crianças de até três anos e de adultos, contando com recursos federais, estaduais e municipais.

A proposta, lida em Plenário na terça-feira, foi encaminhada à Comissão de Justiça (CCJ). Viana – que recebeu, em nome do Senado, a PEC aprovada pela Câmara – pretende articular com os presi-

dentos da Casa, Renan Calheiros, e da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), um acordo para que a matéria tenha tramitação rápida. ACM acredita que, possivelmente, serão apresentadas emendas ao texto.

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou seu desejo de ser a relatora da proposta e disse acreditar que, no Senado, o apoio à PEC poderá ser integral. Com

ela concordam os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT), que confiam no “sim” de todos os senadores.

– Se o Fundeb teve aprovação



Tião Viana anunciou que buscará acordo para agilizar a tramitação da matéria

quase unânime na Câmara, espero que no Senado seja por unanimidade – estimou Serys.

Zambiasi prevê que o Fundeb será bem acolhido por ser um avanço na área da educação.

Proposta deve ampliar número de alunos

A PEC que cria o Fundeb fixa sua vigência entre 2006 e 2019, para atender aos alunos da educação básica (que inclui os ensinos fundamental e médio) e também crianças de até três anos, além de financiar a educação de adultos. O Fundeb deve complementar o alcance do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Graças ao Fundeb, o número de alunos nas escolas deverá aumentar dos atuais 30,7 milhões para mais de 47 milhões, a partir do quarto ano de vigência do fundo.

A proposta aprovada pela Câmara dos Deputados estabelece que o novo fundo será financiado com

recursos da União, dos estados e dos municípios. O texto determina que a governo federal contribua, nos quatro primeiros anos, com cerca de R\$ 13 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões no primeiro ano; R\$ 2,85 bilhões no segundo; R\$ 3,7 bilhões no terceiro; e R\$ 4,5 bilhões no quarto ano.

De acordo com a proposta, o governo federal complementarará com, no mínimo, 10% do total dos recursos dos fundos criados em cada estado e no Distrito Federal, a partir do quinto ano de implantação do Fundeb.

No mínimo 60% dos recursos deverão ser destinados ao pagamento de professores, que passarão a contar com piso salarial válido em todo o país.

Promulgada PEC que flexibiliza uso de radioisótopos para fins médicos

Na presença de expoentes da medicina no país, entre eles os presidentes do Conselho Federal de Medicina, Edison Andrade, e da Sociedade Brasileira de Urologia, José Carlos Almeida, além de Valéria Guimarães, membro da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou emenda constitucional que trata da quebra do monopólio da União sobre compra e utilização dos radioisótopos para usos médicos e industriais.

Durante a sessão solene do Congresso, realizada na quarta-feira, o primeiro signatário da proposta, Jorge Bornhausen (PFL-SC), falou sobre a importância da mudança que, ao flexibilizar o monopólio estatal, permitirá a expansão do emprego de modernas tecnologias de medicina nuclear.

Bornhausen enfatizou a relevância da tecnologia PET (tomografia por emissão de pósitrons) na detecção precoce de pequenas lesões tumorais, assim como de disfunções metabólicas, neurológicas e cardíacas. Ele estava acompanhado de



Primeiro signatário da proposta, Bornhausen (E) cumprimenta Renan pela promulgação do texto, em sessão solene do Congresso

sua mulher, Dulcinha, que teve a vida salva por essa técnica nos Estados Unidos, quando a tecnologia ainda não estava disseminada no Brasil.

Para Bornhausen, a promulgação da Emenda constitucional 49, pelas muitas vidas que há de salvar, justifica a convocação extraordinária do Congresso, sem demérito para as outras matérias importantes já aprovadas.

Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a iniciativa é a resposta adequada para os que desdenham da relevância da vida pública, neste momento de crise política no Brasil.

Renan destaca eficiência no diagnóstico de câncer

O presidente do Senado definiu como revolucionário o uso

de radioisótopos no diagnóstico de câncer. Ele explicou que a tomografia por emissão com esses elementos diminui consideravelmente a margem de erro do diagnóstico de tumores cancerígenos, aumentando as chances de cura do paciente.

– Esse tipo de tomografia também permite identificar se um tumor é maligno ou benigno, sem a necessidade de cirurgia para biópsia – acrescentou.

O presidente do Senado explicou que a necessidade da mudança constitucional ampara-se no fato de que a Constituição brasileira restringia a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e derivados.

Câmara aprova redução de gastos em campanha

O Plenário da Câmara aprovou na quinta-feira o substitutivo do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz os custos das campanhas eleitorais. Os destaques para votação em separado serão analisados nesta semana.

O projeto (PLS 275/05) proíbe os showmícios, a distribuição de brindes, o uso de telemarketing e a colocação de anúncios em jornais. Trios elétricos também serão vetados.

Os gastos eleitorais, pelo projeto, serão limitados de acordo com as características regionais e o cargo a ser disputado. Todos os candidatos serão obrigados a prestar contas de recursos recebidos e de gastos feitos durante a campanha, via Internet, entre os dias 6 de agosto e 6 de setembro. Nessas prestações de contas, os candidatos não são obrigados a divulgar o nome de pessoas e empresas doadoras, o que deverá ser informado à Justiça Eleitoral.

Ainda conforme o projeto, que deverá ser novamente examinado pelo Senado, em virtude das mudanças feitas pelos deputados, se um candidato usar bens públicos, como postes de iluminação e pontes, para fazer propaganda poderá ser multado de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

Aldo busca quórum para concluir votações

Na mesma sessão, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pediu apoio dos líderes para garantir a presença dos deputados nas sessões marcadas para o início desta semana. “Faço um apelo para que possamos entregar ao país os projetos que estão na pauta”, disse.

Na Câmara, até a sexta-feira, foram aprovadas cinco MPs, sete projetos de decretos legislativos, sete projetos de lei, um projeto de resolução e três PECs, dentre as quais destacam-se a que reduz o recesso do Congresso e a que acaba com salários extras nas convocações extraordinárias.

Deputados acabam com a verticalização nas coligações

A proposta de emenda à Constituição que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações nas campanhas eleitorais foi aprovada na Câmara, em segundo turno, por 329 votos favoráveis e 142 contrários. A PEC torna explícito na Constituição que os partidos políticos terão autonomia para estabelecer os critérios de escolha e o regime de suas coligações. Eles não são mais obrigados a vincular as alianças nas candidaturas em nível nacional, estadual ou distrital e municipal.

A matéria (PEC 548/02) agora será promulgada em sessão do Congresso Nacional convocada especificamente para esse fim.

Nos debates na Câmara, foi grande a polêmica entre líderes. O deputado Henrique Fontana (RS), líder do PT, recomendou o voto contrário à PEC e ressaltou a necessidade de uma reforma

política “ampla e sólida” para garantir a fidelidade partidária e o financiamento público exclusivo das campanhas. Já o vice-líder do governo, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), liberou os partidos da base aliada para votarem como quisessem.

Para a líder do PSOL, deputada Luciana Genro (RS), o fim da verticalização causa um “valeduto eleitoral”. Segundo ela, a ausência de projetos políticos gerou “a falsa polarização entre o PT e o PSDB, que brigam pelo poder em torno de firulas”.

O “bipartidarismo” também foi criticado pelo deputado Marcondes Gadelha (PB), vice-líder do PSB, que se posicionou contrariamente à verticalização.

O Supremo Tribunal Federal ainda vai decidir se a emenda constitucional tem ou não validade nas eleições deste ano.

Valadares saúda decisão sobre fundo para o São Francisco

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a aprovação, por comissão especial da Câmara, da proposta de sua autoria que institui o Fundo de Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A matéria (PEC 524/02) foi aprovada por unanimidade na forma do substitutivo do relator no colegiado, deputado Fernando Ferro (PT-PE), e agora será discutida no Plenário da Câmara em dois turnos.

O valor anual estimado do fundo é de R\$ 250 milhões, com a participação da União, estados e municípios. O objetivo do fundo é financiar, durante 20 anos,

projetos de reflorestamento das margens do rio, recuperação do leito, combate à erosão e ao assoreamento, além de obras de saneamento, tratamento de esgotos e projetos de desenvolvimento sustentável para atender às populações ribeirinhas.

Ao ressaltar a importância da aprovação da proposta de revitalização do rio, Valadares lembrou a necessidade da restauração da sua navegabilidade, sobretudo para viabilizar a implantação de empreendimentos comerciais e de turismo, e gerar empregos.

– O rio já teve mil quilômetros de navegabilidade e hoje está reduzido a cem – lamentou.

REFORMA CAMBIAL

Solenidade de lançamento da proposta traz ao Senado principais lideranças empresariais do país

Projeto visa modernizar o sistema de câmbio



Em cerimônia na quarta-feira passada, no gabinete da Presidência do Senado, foi lançado o projeto de lei complementar que trata da reforma cambial (PLS 32/06), elaborado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN). A proposta permite que empresas que trabalham com importação e exportação mantenham contas bancárias em moeda estrangeira no Brasil para pagamento e recebimento na mesma moeda.

Estiveram presentes à solenidade os presidentes da Federa-

ção das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro; da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Antônio Ernesto; e o representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Flávio Benatti, além de vários empresários, deputados e senadores.

Renan disse que a nova ordem mundial exige dos países em desenvolvimento constantes remodelagens e adaptações.

– O ciclo de reformas institucionais que o Brasil atravessa é um sinal inequívoco de que as lideranças políticas e empresariais brasi-



Renan Calheiros discursando no lançamento do projeto: convite à sociedade para participar dos debates

leiras estão atentas às mudanças no cenário e comprometidas com a busca por um lugar privilegiado nessa nova ordem econômica. Um país que tem a vocação de ser grande, como o nosso, exige urgentemente a construção de uma pauta suprapartidária em favor do

desenvolvimento – afirmou.

Fernando Bezerra ressaltou que a atualização das leis que regulamentam o mercado de câmbio faz parte da busca de soluções contra a burocracia nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. Ele assinalou que a compra

e venda de moedas estrangeiras no Brasil tem causado desgastes e prejuízos com os quais o setor produtivo não pode mais arcar.

O projeto seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi designado relator Aloizio Mercadante (PT-SP).

Pontos centrais da proposta foram sugeridos pela Fiesp

A proposta de reforma cambial é a primeira tentativa de regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional, um assunto considerado muito polêmico.

O PLS 32/06, que teve como base uma proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), acaba com a exigência de que toda empresa ou pessoa que receber pagamentos do exterior tenha que vender necessariamente os dólares (ou outras moedas) ao Banco Central (BC). Se a empresa ou a pessoa quiser ficar com a moeda estrangeira, bastará abrir uma conta em um banco autorizado pelo BC. Ela nunca poderá colocar a mão nos dólares em espécie, mas poderá usá-los para pagar importações ou fazer investimentos, no Brasil ou no exterior. A terceira alternativa é receber o equivalente em reais.

Outro ponto do projeto é a chamada “compensação cambial”. Significa que um exportador poderá usar os dólares para pagar suas importações. Hoje, o

exportador é obrigado a vender os dólares ao BC em até 210 dias e, se for importar alguma coisa, tem de fazer outra operação cambial, para comprar os dólares necessários. Segundo Bezerra, esse emaranhado de operações representa perda de até 4% para o empresário.

O PLS 32/06 contém ressalvas para evitar danos ao país em caso de crise cambial. O Conselho Monetário Nacional ficará autorizado a impor restrições à livre entrada e saída de moeda, podendo inclusive outorgar ao BC o monopólio das operações de câmbio, desde que haja “grave desequilíbrio do balanço de pagamentos”. Aliás, caberá ao Conselho Monetário regulamentar toda a nova situação cambial.

Fica mantido o direito das pessoas físicas de entrar e sair do país carregando reais, dólares ou outras moedas. O Ministério da Fazenda determinará o valor a partir do qual o dono do dinheiro terá de fazer uma declaração por escrito às autoridades.

Projeto tem mecanismos para evitar danos em caso de crise cambial

Câmbio liberado, mas com restrições

Os principais pontos do projeto de reforma cambial

- 1 Libera a realização de operações de câmbio entre residentes e não-residentes.
- 2 Determina que as operações cambiais só serão feitas por meio de instituições autorizadas pelo Banco Central (BC), quando os recursos forem originários de créditos ou haveres na mesma moeda (por exemplo, em dólares).
- 3 Permite a manutenção de conta corrente em moeda estrangeira, em instituições autorizadas pelo BC, quando os recursos forem originários de créditos na mesma moeda.
- 4 Dispõe que a movimentação das contas poderá ocorrer

- apenas para a aplicação financeira, ingresso de moeda estrangeira no país e liquidação de obrigação em moeda estrangeira no exterior.
- 5 Veda o uso dos recursos das contas em moeda estrangeira para o pagamento de obrigação que deva ser paga em moeda nacional.
- 6 Estabelece que a troca de titularidade ou transferência de saldos entre residentes portadores de conta em moeda estrangeira deve ser precedida da operação de câmbio.
- 7 Diz que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentará a abertura e movimentação das contas e o uso, pelas instituições financeiras, dos recursos

- existentes nas contas.
- 8 Autoriza o CMN a impor restrições ao livre fluxo de divisas, inclusive mediante outorga ao BC do monopólio temporário das operações de câmbio, quando ocorrer desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver razões para prever a ocorrência de uma situação desse tipo.
- 9 Determina que o CMN regulamentará o registro da entrada ou saída de capital externo ou das mutações patrimoniais de residentes que afetem as contas nacionais.
- 10 Reduz restrições às pessoas físicas para entrar ou sair do país com moeda nacional ou estrangeira em espécie.

Fonte: Presidência do Senado Federal

Fernando Bezerra não vê nenhum risco de dolarização

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse não acreditar que o projeto de mudança cambial apresente qualquer risco de levar a economia brasileira a uma dolarização. Ele observou que o brasileiro que receber dólares do exterior poderá mantê-los em uma conta bancária, mas não irá recebê-los em espécie.

– O real continuará sendo a única moeda de transação legal no Brasil – salientou.

Bezerra disse que o Banco Central discorda da ideia de se permitir a abertura de contas em dólares, mas ele e o senador Renan Calheiros decidiram manter a autorização na proposta.

A respeito da necessidade de o BC, na eventualidade de uma crise cambial, ser obrigado a usar as reservas internacionais do país para sustentar os bancos que operam no Brasil, caso os correntistas exijam os dólares depositados

em suas contas, seja para pagar contas no exterior ou para investir fora do país, o senador disse ser contrário, em princípio.

– Vamos colocar o projeto em discussão e ouvir toda a sociedade, ouvir especialistas – afirmou.

Bezerra enfatizou que “até o Banco Central entende” que a exigência de que todo câmbio passe pela instituição “é uma coisa que não tem sentido continuar existindo”.

Entra-e-sai

Movimentação de câmbio no país entre 2000 e 2005 (em US\$ milhões)

	Comercial			Financeiro*		
	Exportação	Importação	Saldo	Compras	Vendas	Saldo
2000	51.699	46.069	5.629	99.290	92.971	6.319
2001	58.036	47.248	10.789	85.710	93.350	-7.640
2002	60.083	39.756	20.327	69.780	93.990	-24.209
2003	73.203	44.848	28.355	72.118	98.094	-25.976
2004	93.466	56.794	36.672	84.622	109.369	-24.747
2005	123.021	71.248	51.772	120.241	152.703	-32.462

*Exclui operações interbancárias e operações externas do Banco Central
Fonte: Banco Central

Heloísa teme incentivo à especulação com dólares

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o projeto que altera a legislação cambial e defendeu a necessidade de audiências públicas para debater o assunto com profundidade. Ela assinou um requerimento, junto com o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), propondo a convocação dessas reuniões, que têm o

apoio do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Luiz Otávio (PMDB-PA).

Um dos pontos do projeto criticado pela senadora é o fim da obrigatoriedade de o exportador vender os dólares da exportação ao BC em 210 dias. Se aprovado, será possível abrir uma conta em dólares em qualquer banco priva-

do e só vendê-los quando precisar do dinheiro.

Heloísa Helena disse que tal medida vai aumentar a especulação, uma vez que o empresário poderá deixar seu dinheiro no exterior e somente trocá-lo por reais quando a taxa de juros for conveniente, o que aumentaria a vulnerabilidade externa do país.

GERALDO MAGELA

COMISSÕES



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Flávio Arns e Sérgio Guerra, ao centro, presidem reunião sobre cooperativas: não houve consenso

Cooperativas ainda buscam entendimento

Apesar das quatro reuniões realizadas este ano pelo grupo de trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que negocia os projetos de lei que regulamentam as cooperativas (PLSs 171/99, 428/99 e 605/99), durante a convocação extraordinária não foi atingido consenso entre os senadores e as entidades que representam o setor sobre a melhor forma de organização do cooperativismo nacional. Dessa forma, o presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), cancelou a reunião para votar a matéria, marcada para esta terça-feira.

No dia 22, a comissão volta a se reunir, mas a pauta não incluirá as propostas sobre as cooperativas. Ainda assim, Guerra espera que a matéria possa ser votada em março. O relator dos projetos, senador Demostenes Torres (PFL-GO), informou que a decisão de não votá-los na terça também se deveu à ausência do senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do PLS 171/99, para tratamento de saúde.

Na semana passada, um dia depois de o grupo de trabalho ter analisado as propostas de

formação do Conselho Nacional de Cooperativismo – fórmula encontrada para tentar contornar o impasse acerca da unicidade de representação defendida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) –, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, defendeu que seja dado mais tempo para a discussão acerca da regulamentação do sistema cooperativista nacional.

– A decisão deve vir de baixo para cima. Reconhecemos que a cooperativa é o braço econômico da sociedade e, quanto mais organizada for uma sociedade, mais democrática e transparente ela será – disse o ministro, que foi presidente da OCB.

Até março, os debates entre as cooperativas e suas representações continuarão com o acompanhamento da CRA. Caso até lá não haja consenso, as propostas apresentadas, mesmo que não sejam consensuais, serão decididas pela comissão no voto.

– Quando a discussão estiver relativamente madura é que os senadores, o relator e outras pessoas vão se envolver com a proposta de forma mais conclusiva. Há consenso de que a votação não será protelada – afirmou Guerra.

Os ministros do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, foram representados

na reunião pelo assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego, Sílvio Artur Pereira, e pelo secretário de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, respectivamente.

Participaram também da reunião o vice-presidente da CRA, senador Flávio Arns (PT-PR), os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), o representante da Presidência, Erick del Porto, o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, e o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Se consenso não estiver formado até março, assunto será decidido no voto

Vinte acordos internacionais são aprovados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou 20 projetos de decreto legislativo com textos de acordos internacionais firmados pelo Brasil. Por não terem decisão terminativa na CRE, as proposições dependem agora de ratificação do Plenário do Senado para sua implementação definitiva.

Entre os projetos aprovados, encontra-se um memorando de entendimento com o Peru, assinado em Lima, em agosto de 2003, para adesão do país ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (Sivam).

Em parecer favorável, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou a importância da integração do Peru para combater ilícitos transnacionais como tráfico de drogas e contrabando de armas, e para promover maior

aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

A CRE aprovou, também, dois tratados sobre transferência de presos condenados. O primeiro com o Peru e o segundo com Portugal.

Em relação à cooperação técnica para a adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias, que irão facilitar a prática do comércio de produtos agropecuários, a CRE aprovou três textos de acordos internacionais. O primeiro foi firmado entre o Brasil e a Tailândia; o segundo, entre os governos brasileiro e libanês; o terceiro, no campo da veterinária, entre a Polônia e o Brasil.

Foi aprovado também o texto da convenção relativa ao registro de objetos lançados no espaço cósmico, adotado pelas Nações

Unidas, bem como o protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, seus componentes e munições, em aditamento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado, assinado em 2001.

A CRE aprovou ainda textos de acordos firmados pelo governo brasileiro com os Estados Unidos, para a segurança da aviação; com o Equador, para cooperação na área da defesa civil; com Honduras, prevendo a isenção de vistos em passaportes; com a Holanda, na área de Previdência Social; com a República da Croácia, para cooperação em turismo; com o Peru, visando à promoção do setor pesqueiro; e com a Índia, para a cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustível para transportes.

CCJ confirma nome de Lewandowski para o STF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por 22 votos favoráveis e um contrário, a indicação de Enrique Ricardo Lewandowski para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Mário da Silva Velloso. A indicação do presidente da República ainda será submetida ao Plenário, provavelmente na sessão deliberativa desta terça-feira, conforme anunciou o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O relator da matéria foi o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Com 58 anos de idade, Lewandowski é bacharel em Ciências Políticas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e também bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Natural do Rio de Janeiro, é ainda mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), além de mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law na Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. É professor titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da USP, onde ingressou por concurso público, além de advogado

militante e consultor jurídico de empresas.

O relator ressaltou também em seu parecer que o indicado foi secretário de governo, recebeu muitas homenagens e títulos acadêmicos e é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, integrando, desde março de 1997, o órgão especial.

Aos senadores da CCJ, Lewandowski informou que sua participação acadêmica sempre foi voltada para os direitos fundamentais e que muito aprendeu com o professor Dalmo Dallari, com quem atuou na Comissão de Direitos Humanos, da USP, da qual ainda faz parte. Disse que é totalmente voltado para o direito público e que abandonou o direito privado.



Professor Lewandowski, ao falar à CCJ: dedicação integral ao direito público

Indicado defende quarentena e jura jamais disputar eleições

O desembargador Enrique Ricardo Lewandowski defendeu um período de quarentena para que os juizes de tribunais que se aposentem possam exercer cargos eletivos ou outra profissão. Prometeu ainda aos senadores, durante sua sabatina na CCJ, que jamais se candidatará a um cargo público.

– Eu casei com a magistratura. Não tenho filiação partidária. Assumo que jamais me candidatarei a um cargo público. Faço esse compromisso de peito aberto e com o coração franco – afirmou.

As afirmações de Lewandowski e suas explicações foram feitas a partir de questionamentos e colocações do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao afirmar que o país vive uma crise

evidência, mas assegurou que “pessoalmente, desmentiria imediatamente”.

Outros senadores também elogiaram a indicação, entre eles Alvaro Dias (PSDB-PR). O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse ter certeza de que a indicação de Lewandowski será aprovada e que ele será excelente ministro do STF. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), também elogiou o magistrado e frisou que o presidente Lula foi feliz em suas indicações para o STF.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) louvou a indicação, dizendo que “Lewandowski está à altura de Carlos Velloso”, que deixou o STF.

Ao final da sabatina, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS),

Ramez Tebet (PMDB-MS) e o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), mencionaram o nome do presidente do STF, Nelson Jobim, a quem Jefferson Péres se referia em suas perguntas ao magistrado. Simon disse que Jobim “é um homem de bem”. Tebet observou que “não é porque uma pessoa passou pela política que não pode ir para o STF”. Antonio Carlos disse que, por mais desavenças que haja sobre Nelson Jobim, “ele é uma figura exponencial para o Brasil”.

Indicação de desembargador foi elogiada pelos senadores da oposição

ARRECADAÇÃO Após fracasso de MP, Senado começa a debater propostas que incluem refinanciamento de dívidas

Senadores discutem a Super-Receita

O refinanciamento das dívidas fiscais e previdenciárias das empresas entrará em cena novamente no Senado durante os debates sobre o projeto de criação da Super-Receita. Os partidos de oposição e mesmo os da base aliada, como o PMDB, devem discutir esta semana propostas para reestruturar o endividamento das empresas junto ao novo órgão, que deverá ser instituído por projeto de lei após a fracassada tentativa do governo de criar a Receita Federal do Brasil por medida provisória.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse ao Jornal do Senado que irá apurar a posição majoritária dentro da sua bancada, porque apesar de serem favoráveis ao refinanciamento desse passivo, há opiniões divergentes em relação à iniciativa. O senador César Borges (PFL-BA), por exemplo, já informou que não tem "simpatia" pelo chamado Refis III "agregado à criação da Super-Receita".

O governo fincou posição contrária à proposta na Câmara e pretende repetir o gesto no Senado. O seu líder, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), avisou que o presidente Lula não aceita um novo Refis. Porém, há defensores importantes dessa medida na base aliada. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), vice-líder do governo, lembrou que a área econômica mostrou-se irredutível no início, mas acabou cedendo ao refinanciamento das dívidas

das prefeituras com o INSS. "Irredutibilidade é uma questão conjuntural", assinalou Jucá.

Na última quarta-feira, um almoço no gabinete do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) serviu para a apresentação informal a alguns parlamentares da sugestão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de instituir o Programa de Revitalização das Empresas Brasileiras (Rebras). Além de Jucá, Agripino e Suassuna, participaram os senadores Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), indicado para relatar o projeto da Super-Receita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A sugestão encaminhada pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, está sendo considerada mais liberal que o Programa Especial de Consolidação de Passivos Tributários, apresentado pelas entidades empresariais na época da MP 258, que sustentou por 120 dias, encerrados em 18 de novembro passado, a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária.

O Rebras, conforme o documento entregue aos senadores, pleiteia uma anistia mais generosa nas multas de mora e de ofício e parcelamento em até 120 prestações, o dobro do programa anterior, se houver saldo remanescente após o pagamento da dívida consolidada e refinanciada em até 240 meses.

Outro benefício importante é a troca do fator de correção dos débitos da atual taxa Selic pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que tem variado abaixo da primeira. A manutenção da Selic tem desencorajado as prefeituras a renegociar seus débitos com o INSS, explicando o baixo índice de adesão ao recente programa de parcelamento em até 240 meses, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Mas a proposta da Fiesp não deverá ser a única discutida entre os senadores. Romero Jucá aposta na construção de um novo texto. Já Arthur Virgílio, apesar de se declarar contra medidas que resultem em anistia fiscal, disse que o PSDB quer negociar uma proposta que evite veto presidencial.

Na Câmara, o deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) apresentou emenda que poderá ressurgir no Senado. A matéria prevê que o devedor que pagar antecipadamente a sua dívida terá direito a um deságio, num processo semelhante ao da securitização das dívidas rurais feito no governo Fernando Henrique Cardoso. Pela proposta de Fleury, a empresa devedora poderá recorrer a uma linha de financiamento do governo para quitar, total ou parcialmente, os débitos consolidados.



Para Rodolpho Tourinho, indicado para relatar o projeto da Super-Receita na CAE, um cadastro único de contribuintes pode ajudar a combater a sonegação

ROOSEWELT PINHEIRO

Mercadante já avisou que o presidente Lula não aceita um novo Refis

Tourinho: "tendência geral" é favorável ao projeto

A unificação das estruturas da Receita Federal e da Previdência Social, que defendem a Super-Receita. Agora quer conhecer os argumentos contrários à proposta, da entidade que congrega os auditores da Receita, a Unafisco.

Outro cuidado que Tourinho deve ter é analisar o uso dos recursos da Previdência, evitando que sejam contingenciados ou incluídos na Desvinculação de Recursos da União (DRU). Para que esses recursos não sejam usados para alimentar o superávit fiscal, o deputado Pedro Novais (PMDB-MA), relator do projeto, incluiu dispositivo que determina que a arrecadação irá direto para o Fundo do Regime Geral da Previdência.

entre os integrantes da Casa é favorável ao projeto de lei que cria a Super-Receita.

Acredita-se que um cadastro único poderá combater os sonegadores de modo mais eficaz, acrescentou Tourinho. De qualquer modo, o senador pretende aprofundar a discussão sobre o mérito do projeto. Na semana passada, ele ouviu os representantes dos auditores fiscais

Pressão de prefeitos empurra Orçamento

A falta de dinheiro para tocar as obras iniciadas no ano passado com recursos dos cofres municipais, a impossibilidade de assinar novos convênios com a União, a pressão dos fornecedores que não recebem e as queixas de insolvência iminente levaram os prefeitos a procurar os gabinetes no Congresso. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, confirma que a entidade orientou os prefeitos a falar com os parlamentares e com o Executivo.

O resultado prático dos apelos que chegaram aos deputados e aos senadores foi que o projeto da lei orçamentária avançou na semana passada, finalizando a votação dos dez relatórios setoriais, fase

que antecede o parecer final do relator. Nesta semana, o esforço do deputado Carlito Merss (PT-SC) será fechar a nova reestimativa da arrecadação federal, com reunião do Comitê de Receita prevista para esta segunda-feira às 19h. Só depois dessa definição, ele poderá apresentar o seu relatório final.

Como o cobertor é curto e as pressões são muitas, há dúvidas se a Comissão de Orçamento conseguirá votar o relatório de Merss até o fim de fevereiro. Isso, segundo Ziulkoski, deverá agravar as dificuldades das prefeituras, não só devido aos convênios do ano passado, cujas verbas federais ainda não foram liberadas, e do calendário eleitoral, que

restringe a assinatura para novos repasses até junho.

Pelas estimativas iniciais da entidade, as prefeituras amargaram em janeiro prejuízo de R\$ 100 milhões, por não receberem o ressarcimento às exportações previsto na Lei Kandir, e poderão perder quantia semelhante se o Orçamento não for votado até o fim deste mês.

Mas há situações "desesperadoras" pela falta de recursos nos ministérios. É o caso da prefeita Suzana Forte, de Belém do Brejo do Cruz (PB), que comunicou à CNM que o abastecimento de água por caminhões-pipa do Exército, a 111 municípios dos 145 que estão em situação de emergência no estado, será interrompido até 15 de fevereiro se o Ministério da Integração Nacional continuar sem dotação orçamentária. Segundo a prefeita, 417 mil pessoas ficarão sem água para consumo humano.

Para minorar problemas como esse, o governo está recorrendo à edição de medidas provisórias para liberar recursos orçamentários. Na semana passada, editou duas MPs, uma delas de R\$ 80 milhões para atender municípios em estado de emergência. O decreto com a programação financeira de gastos para o trimestre, no montante de R\$ 17 bilhões, também foi assinado pelo presidente Lula na última quarta-feira. Essa providência inicia a execução provisória do Orçamento deste ano.

Paim quer fim do fator previdenciário, que reduz benefício pago aos aposentados

Ao se pronunciar ao final da audiência pública da Comissão Especial do Salário Mínimo, na terça-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o fim do fator previdenciário, índice para cálculo de aposentadorias que reduz o valor dos benefícios em relação ao salário do trabalhador em atividade.

— O tal fator previdenciário é o maior crime que foi cometido contra os trabalhadores deste país — disse. Paim, que é relator da comissão, apresentou ainda proposta de mudança na forma de cobrança da contribuição previdenciária dos empregadores, que atualmente é feita com base na folha salarial. Ele propõe que a contribuição passe a ser descontada sobre o faturamento das empresas.

Durante a audiência, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que bastaria uma pequena elevação nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios para permitir que as prefeituras arcassem com um reajuste maior do mínimo. Ela apresentou projeto de lei (PLS 22/06) que, conforme assegurou, vai dobrar o valor do salário mínimo. Sua proposta estabelece que o mínimo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido a esse reajuste o índice de 26%.



A Comissão de Orçamento, presidida por Gilberto Mestrinho (E), corre o risco de não conseguir aprovar o relatório de Carlito Merss até o fim do mês

ANDREIA MARTIZ

COMISSÕES

Empréstimo para o Amapá é autorizado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, o Plenário do Senado autorizaram a contratação de um empréstimo de US\$ 4,8 milhões pelo governo do Amapá junto ao Banco Mundial (Bird), destinado ao financiamento parcial do Projeto Comunidades Duráveis do Amapá. Os recursos, segundo mensagem do Poder Executivo, financiarão programas de geração de emprego e renda para a população carente. A matéria agora será promulgada.

Caberá ao governo do Amapá o financiamento do restante do valor total do projeto, estimado em US\$ 6,8 milhões, no período entre 2005 e 2008. Segundo o relator da matéria na CAE, senador

Wellington Salgado (PMDB-MG), que apresentou projeto de resolução para autorizar o empréstimo, a operação de crédito está dentro dos limites e condições necessárias.

– O empréstimo objetiva reduzir a pobreza rural e urbana por meio de medidas que sejam ambientalmente sustentáveis, economicamente eficientes e socialmente equitativas – afirmou Wellington Salgado.

A CAE também aprovou a realização nesta terça-feira de audiência pública com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, destinada a conseguir informações sobre o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, a chamada "Operação Tapa-Buracos".

Segundo o autor do requerimento, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a operação emergencial, com valor estimado de R\$ 350 milhões, tem o objetivo de realizar obras em 7.445 quilômetros de trechos rodoviários federais, além de outros transferidos para os estados, com base na Medida Provisória 82/02.

A comissão aprovou ainda a realização de audiência pública para apreciação das implicações da Medida Provisória 275/05, que alterou o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). O requerimento da audiência é de autoria do senador José Jorge (PFL-PE).



Decisão da CAE de adiar votação da renegociação das dívidas dos produtores foi muito criticada

Dívida agrícola tem votação adiada

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), transferiu para esta terça-feira a votação do projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que trata da renegociação de dívidas resultantes de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, justificou o adiamento da apresentação do seu parecer, afirmando que ainda negocia o projeto com o governo.

– A questão agrícola do Nordeste não pode ser tratada como nas demais regiões do país porque não podemos simplesmente

cobrar a dívida de um agricultor que tomou empréstimos para sua lavoura e perdeu tudo com a seca. Além de garantir uma solução para o problema agora, precisamos garantir que essa situação não ocorra no futuro – justificou Fernando Bezerra.

O adiamento foi criticado tanto por senadores da base governista quanto da oposição.

– Esse projeto é de suma importância e já foi aprovado pela Câmara depois de ter sido amplamente discutido com o governo. Agora o governo quer discutir novamente? – questionou César Borges (PFL-BA).

O líder do PMDB e vice-líder do

governo, senador Ney Suassuna (PB), anunciou que vai votar a favor da proposta aprovada na Câmara.

– Não há safra e centenas de pequenos agricultores e pecuaristas estão tendo que entregar suas propriedades porque não têm como pagar os empréstimos contraídos – explicou Suassuna.

O adiamento da votação da proposta também foi bastante criticado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Jefferson Péres (PDT-AM) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Agripino cobra rapidez, Bezerra se justifica

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), pediu urgência para a aprovação do PLC 142/05 e cobrou rapidez do relator na CAE, Fernando Bezerra (PTB-RN) na apresentação de seu relatório. Defendendo a necessidade de concessão de subsídios para a atividade agrícola no Nordeste, o senador lembrou que os agricultores não tiveram condições de pagar seus débitos por causa da seca.

– Essa matéria tem que ser votada porque os bancos oficiais já estão lançando mão do patrimônio do pequeno agricultor – alertou.

Fernando Bezerra, por sua vez, garantiu que sua posição é “intransigente”.

– O governo deve dar condições para que as dívidas agrárias do Nordeste sejam repactuadas. O Nordeste enfrenta ciclos de seca permanentes e seus agricultores acabam sem condições de cumprir os



Heloísa Helena

compromissos – justificou. Bezerra defendeu a criação de um fundo para cobrir as perdas agrícolas decorrentes da estiagem e disse que se até esta terça-feira a negociação não avançar, seu parecer será favorável ao projeto já aprovado pela Câmara. Em apartes, vários senadores manifestaram seu apoio ao discurso de Agripino. Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a correção das distorções dos saldos devedores e a suspensão das execuções praticadas pelos bancos oficiais. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo para que o Congresso passe a realizar sessões deliberativas também às segundas-feiras, para agilizar a análise das matérias na convocação extraordinária. Manifestaram-se ainda os senadores José Maranhão (PMDB-PB), Marco Maciel (PFL-PE), Sibá Machado (PT-AC) e Ney Suassuna (PMDB-PB).



Indicações de dois diretores da agência foram aprovadas pela Comissão de Infra-Estrutura, presidida por Heráclito Fortes (D)

Indicados à Antaq querem Marinha Mercante forte

A recomposição da frota mercante brasileira será uma das prioridades de dois diretores sugeridos pelo governo para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), cujas indicações receberam parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Serão agora encaminhadas ao Plenário as mensagens presidenciais que apontam os nomes de Murilo de Moraes Rego Corrêa Barbosa e Décio Mauro Rodrigues da Cunha para compor a diretoria do órgão.

Atual consultor da Antaq, Cunha recordou que mais de 90% do comércio internacional do país é realizado por via marítima e que a atual frota brasileira, além de reduzida, tem idade média superior a 20 anos. Vice-almirante transferido para a reserva após 42 anos de serviço na Marinha, Moraes Rego considerou necessária a realização de estudos para se identificar o “tamanho ideal” da frota própria nacional.

– Esta não é apenas uma questão econômica, mas também estratégica – observou.

Hidrelétrica, Petrobras e Transpetro em debate

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, será tema de uma audiência pública da CI, segundo requerimento aprovado, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Entre os depoentes a serem convidados estão a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

A CI aprovou também requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) de convite ao

presidente da Petrobras, José Gabrielli, para que ele preste esclarecimentos sobre a conquista pelo país da auto-suficiência na produção de petróleo. Outro requerimento aprovado – do senador Jefferson Péres (PDT-AM) – convida o presidente da Transpetro, Sérgio Machado, para explicar os motivos técnicos da realização do “maior concurso público da história da instituição”, com a abertura de 10.012 vagas.



Tuma (D) leu relatório de Crivella na Comissão de Educação, defendendo a aprovação do projeto de ensino na Marinha

Marinha vai modernizar seus métodos de ensino

A Comissão de Educação (CE) acatou projeto – depois aprovado pelo Plenário – de autoria do Executivo (PLC 139/05) que dispõe sobre o ensino na Marinha. A proposta tem a finalidade de substituir a atual legislação sobre o ensino naval (Lei 6.540/78), para adequá-la aos novos conceitos e nomenclatura da legislação educacional.

Designado para a leitura do relatório elaborado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que é importante atualizar a legislação que rege o ensino

militar, porque a norma vigente ainda é da década de 70, período em que a realidade histórica e educacional era muito diferente da atual.

Para Flávio Arns (PT-PR), adequar o ensino da Marinha à Lei de Diretrizes e Bases da Educação poderá contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação dos estudantes, em prol da instituição. Ele salientou que o projeto inclui inovações como o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a preservação da ética e a avaliação integral e contínua do conteúdo aplicado.

CRISE POLÍTICA

Depois de carta de empresário, senadores divergem sobre a veracidade de depoimento de ministro

Supremo faz nova análise da quebra de sigilos

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá reexaminar o pedido para a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e do empresário Roberto Carlos Kurzweil. O pedido para a quebra dos sigilos será analisado pelo ministro Cezar Peluso.

A decisão foi anunciada após reunião da qual participaram na semana passada o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e o presidente do STF, ministro Nelson Jobim. Aprovados pela comissão, os pedidos para a quebra dos sigilos de Okamoto e Kurzweil foram negados pelo STF há duas semanas.

Também na semana passada, três assessores da CPI dos Bingos e 15 policiais federais realizaram a reconstituição do trajeto dos supostos dólares cubanos, acondicionados em caixas de uísque, que saíram de Brasília em 2002 em um avião com Vladimir Poletto, e teriam sido entregues a Ralf Barquete em São Paulo.

A reconstituição teve a participação de Éder Macedo, que a serviço da locadora Locablin, teria transportado Barquete e Poletto, com as caixas de dólares, em um Omega blindado do aeroporto de Amarais, próximo a Campinas (SP), até São Paulo.

Mais uma vez, Éder observou que não viu as caixas, afirmando que teria cumprido as ordens da empresa de nunca sair do carro, mas confirmou que algo foi posto e tirado do porta-malas por Barquete e Poletto.

A reconstituição do percurso foi solicitada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A previsão é de que o laudo pericial esteja pronto em 15 dias.

Poletto, que apresentou atestado médico, não apareceu para a reconstituição. De acordo com a Polícia Federal, muito pouco se pode acrescentar aos fatos já conhecidos com a realização da reconstituição feita na última quinta-feira.



Antonio Carlos Magalhães, José Agripino e Arthur Virgílio cobraram do ministro explicações sobre carta de empresário



O presidente e o relator da CPI dos Bingos, Efraim Morais e Garibaldi Alves, respectivamente, discutem as contradições

Palocci diz que foi impreciso ao falar do uso de aeronave



Carta enviada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à CPI dos Bingos sobre uso de avião do empresário José Roberto Colnaghi, já quando no cargo, provocou discussões tumultuadas na comissão na última semana. Palocci ponderou ter usado "inadvertidamente uma imprecisão terminológica" ao ter dito em depoimento à CPI que a aeronave que utilizou para viagem de cunho partidário, em

23 de julho de 2003, no trajeto Brasília-Ribeirão Preto-Brasília, teria sido "alugada" pelo PT.

Na verdade, segundo o ministro, ele não conhece "as condições e os detalhes da organização da viagem pelo partido". Palocci disse que não utilizou avião da FAB, nem mesmo passagem custeada pelo governo federal, por tratar-se de um compromisso partidário.

A resposta do ministro foi dada na última quarta-feira, um dia depois de o empresário Colnaghi ter enviado carta à comissão contestando as afirmações prestadas pelo ministro em depoimento. Os

senadores da oposição cobraram explicações do ministro.

"Declaro, enfaticamente, que a referida aeronave, que é utilizada para minhas atividades industriais, pecuárias e de lazer, jamais foi locada a terceiros, nem cobrado qualquer reembolso por todos quantos nela viajaram", afirmou o empresário na nota. Em depoimento à CPI, Colnaghi disse que deu carona para Palocci mais de uma vez.

O avião Sêneca serviu inclusive de transporte para dólares supostamente provenientes de Cuba, levados de Brasília para São

Paulo. Colnaghi confirmou que emprestou a aeronave a pedido de Ralf Barquete, ex-secretário municipal em Ribeirão Preto, quando da gestão Palocci.

Os senadores petistas Tião Viana (AC) e Flávio Arns (PR) afirmaram que as dúvidas levantadas quanto à questão foram solucionadas com o ofício enviado pelo ministro à comissão. Já o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) insistiu na aprovação de um novo requerimento, em que solicita a Palocci a confirmação de outras declarações prestadas por ele à CPI.

Kurzweil alugou carros blindados para cúpula do PT

Munido de habeas corpus – após também ter conseguido liminar no Supremo Tribunal Federal para impedir a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico –, o empresário Roberto Carlos Kurzweil negou ter cedido seus carros para o PT, os quais, segundo ele, foram sempre alugados.

Segundo o empresário, o partido alugou três carros blindados durante a campanha presidencial. Um teria sido utilizado pelo então presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, outro por Antonio Palocci e outro por José Dirceu. O empresário não apresentou as notas fiscais oficiais para a CPI, apenas cópias.

Disse desconhecer que Vladimir Poletto e Ralf Barquete tenham transportado caixas de bebidas supostamente cheias de dólares em um Omega blindado de sua locadora de carros, a Locablin. Apesar de parecer bastante en-

saído, o empresário contradisse depoimentos anteriores, como o do motorista Éder Eustáquio de Macedo, que dirigiu o Omega.

– Éder foi selecionado pela empresa em 2000 para prestar serviços e era ele quem dirigia os carros para o PT. Como Palocci gostava de seus serviços, chamou-o para trabalhar no Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – disse Kurzweil. A afirmativa não confere com o que foi dito pelo motorista, que em depoimento afirmou que foi ajudado pelo assessor de Palocci Ademirson Ariovaldo da Silva a conseguir a vaga no ministério.

O empresário observou que soube há pouco tempo que seus sócios na empresa Cinco-Telecom, os portugueses José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, o Vadinho, e Artur José Valente de Oliveira Caio, seriam donos de casas de bingos.

Ex-assessora reafirma caixa dois em campanha

Sem apresentar provas, Soraya Garcia, ex-assessora financeira da campanha municipal do atual prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheleti (PT), voltou a fazer denúncias sobre o uso de caixa dois na eleição, citando o envolvimento do atual ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e do ex-deputado federal José Dirceu.

– Os chefes da campanha tinham todo o cuidado de destruir provas. Isso ficou bem claro – disse a ex-assessora, que contabilizou gastos de R\$ 6,5 milhões na campanha de Micheleti, dos quais apenas R\$ 1,3 milhão, segundo ela, seria proveniente de caixa um, ou seja, contribuição legal.

Em diligência com a Polícia Federal, Soraya disse que foram apreendidas 12 notas da GTech referentes à locação de veículos para o PT. De acordo com a depoente, o delegado da PF que investigava o caso, Sandro dos Santos, foi afastado quando citou os indícios de existência de caixa dois. Alguns senadores pediram a convocação do delegado pela CPI.

Soraya afirmou que ficou assustada quando ouviu Augusto Hermeto Dias Júnior, tesoureiro direto da campanha, citar que tinham conseguido obter "400 pilas", ou seja, R\$ 400 mil, da Itaipu Binacional.

Soraya envolve o ministro Paulo Bernardo nas suas acusações, já que sua esposa é diretora da Itaipu desde o início do governo



Soraya Garcia

Luiz Eduardo Lula da Silva.

O ministro afirma que as denúncias de Soraya têm motivações políticas e que a está processando. Em nota, a Itaipu também repudiou as acusações.

Soraya admitiu nunca ter conversado com o ministro Paulo Bernardo e que só "ouviu falar" das irregularidades que o envolvem. Contou ainda sobre R\$ 300 mil que teriam sido levados por José Dirceu a Londrina, além de 20 mil camisetas da Coteminas, empresa do vice-presidente José Alencar, e sobre filas para entrega de dinheiro aos que trabalhavam na campanha, tudo fruto de caixa dois, segundo ela. Dirceu e a Coteminas também negam as acusações.

– Fiz todo tipo de maquiagem possível. Tenho nojo de mim mesma por ter compactuado tanto tempo com tudo isso – afirmou a depoente, que entregou à CPI cópia da agenda de campanha com nomes e números do caixa dois.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a depoente fez acusações com facilidade, mas não apresentou provas.

– Não ponho credibilidade em nada do que ela diz, principalmente porque não comprova – afirmou o petista.

Já o líder do PFL, José Agripino (RN), disse acreditar no depoimento.

– Essa prática nada mais é do que o mensalão e compra de votos.

"Cachoeira não abandonou jogos"

Dono de três casas de bingos em Goiânia, todas fechadas, o empresário Carlos Roberto Martins disse que o empresário Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, continua em plena atividade no ramo lotérico, mas não mais com seu nome à frente dos negócios.

Em depoimento à CPI, Cachoeira havia afirmado que não iria mais trabalhar com jogos e que tinha desistido de atuar na área depois que teve seu nome envolvido com o escândalo da renovação do contrato entre a GTech e a Caixa Econômica Federal.

Cachoeira atuava em lotéricas de quatro estados: Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Paraná. Alguns contratos eram realizados em parceria com empresas da Argentina e da Coréia.

Martins ressaltou que apenas manteve relacionamento empresarial com Cachoeira, dono da empresa Gerplan, que era responsável pelo gerenciamento de jogos em Goiânia. Para trabalhar em Goiás, as empresas tinham de ser credenciadas junto à Gerplan, pagando uma quantia mensal.

– Tudo que acontecia em relação a jogos em Goiás era contro-

lado pela Gerplan, pelo Cachoeira – afirmou o depoente, que disse desconhecer as relações entre Cachoeira e Waldomiro Diniz. Ele negou ter participação com o crime organizado.

O também empresário Messias Antônio Ribeiro Neto observou à CPI que trabalhou com Cachoeira, em Goiás, na implantação de sistema informatizado para curso de prognóstico numérico. Ele contou que teve a casa em Goiás alvejada em 1999. O motivo teria sido a ira de bicheiros que se sentiam ameaçados com a implantação da Gerplan.

CRISE POLÍTICA Após denúncias, custo do Correio Híbrido Postal caiu de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 2,6 bilhões

CPI investiga contrato superfaturado na ECT



A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouviu os envolvidos no contrato do Correio Híbrido Postal com o consórcio BR Postal, liderado pelo American Bank Note, em que foi identificado um superfaturamento de 400% pela Controladoria Geral da União (CGU). Depois do início da crise, o contrato baixou de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 2,6 bilhões.

O Correio Híbrido é um programa de transmissão eletrônica de boletos entre as agências postais, que permitiria a impressão dos documentos no local de destino. A idéia é poupar os custos de

transporte.

Além dos valores altos e do superfaturamento, o que chamou atenção do sub-relator da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), foi o fato de a empresa Cobra, subsidiária do Banco do Brasil, ter desistido de participar da licitação pouco antes do processo de escolha uma vez que, por ser uma empresa pública, teria prioridade no certame. Assim, o consórcio BR Postal foi o único a concorrer na licitação.

– Considerando-se que a Cobra é ligada a uma empresa estatal, precisamos entender qual a razão pela súbita desistência na participação da licitação, inviabilizando a entrada de outras pessoas que a ela se associaram nesse empreen-

dimento – ressaltou o sub-relator, que não esconde a desconfiança em relação à lisura do processo licitatório.

Ouvidos pela sub-relatoria, tanto o gerente do Correio Híbrido Postal, Paulo Roberto Lobo, quanto o presidente da Cobra Tecnologia, Leandro Vergara Raimundi, negaram favorecimento do consórcio BR Postal.

O presidente da Cobra disse que a empresa saiu da concorrência por causa da Xerox, outra companhia do consórcio, que, juntamente com representantes das empresas gráficas, foram à Justiça contra o projeto. Ele justificou ainda que, como o processo licitatório estava muito demorado, a Cobra decidiu investir em outros projetos.



Presidente da Cobra, Leandro Vergara Raimundi disse que empresa deixou concorrência porque processo demorou muito

Filho de Pororoca repele acusação de fraudes

Filho do operador de mercado Haroldo Pororoca, sobre quem recaíram as primeiras denúncias de operações fraudulentas com fundos de pensão, Christian de Almeida Rego, da corretora Arbor, repeliu na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios as acusações feitas contra ele e seu pai por Alexandre de Athayde.

A sub-relatoria ouviu ainda Lauro José Senra de Gouvêa, dirigente da corretora Quantia, que acumula maior lucro nas operações de títulos com os fundos Serpros e Núcleos. Ele

afirmou que não há nada de irregular nas transações.

Representantes dos fundos de pensão Postalís, da ECT; Prece, da Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae); e Serpros, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), negaram, em depoimento à sub-relatoria, má-fé na gestão de investimentos.

Carlos Eduardo Carneiro Lemos, ex-gerente de investimentos da Prece, e Renato Guerra Marques, ex-presidente do fundo, disseram que as perdas

acumuladas nas negociações de títulos do órgão são justificadas pelo comportamento do mercado.

Ex-diretor de Investimento do Postalís, Hélio Pereira usou o mesmo argumento. Acompanhado do atual ocupante do cargo, Adilson Costa, ele negou ligações com os bancos BMG e Rural.

Por sua vez, o ex-diretor de Investimento do Serpros, Jorge Luiz Batista de Oliveira, minimizou as perdas de R\$ 2,7 milhões em títulos públicos constatadas pela CPI.



Gerente do Correio Híbrido Postal, Paulo Roberto Lobo foi ouvido pela CPI e negou favorecimento ao consórcio BR Postal

Lúcio Funaro fala a sub-relatoria da CPI dos Correios nesta quarta

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão deve ouvir nesta quarta Lúcio Bolonha Funaro. Ligado às corretoras que teriam lucrado mais com as negociações com esses fundos, Funaro é considerado o verdadeiro dono da Guaranhuns, que repassou dinheiro do valerioduto para o PL.

No decorrer da semana, a sub-relatoria, comandada pelo deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), tomará depoimento de representantes das corretoras Dillon, Quality, Santos Asset Management, Stocklos, Novinvest e São Paulo, além dos responsáveis pelos fundos Real Grandeza, Centrus e Portus.

Já a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção reúne-se nesta segunda-feira para ouvir o gerente-geral da Unidade de Segurança do Banco do Brasil, Edson de Araújo Lobo. Na terça, está prevista a participação do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Trindade, do diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep), João Marcelo Máximo, e do procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe Brandão.

A cada ano, corrupção toma do Brasil até R\$ 200 bilhões

A corrupção toma do Brasil entre R\$ 100 bilhões e R\$ 200 bilhões em impostos. Em 2004, a Receita Federal identificou quase R\$ 79 bilhões sonegados, incluindo multa e juros, segundo dados apresentados pelo presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Carlos André Soares Nogueira, na reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI Mista dos Correios, que discute as falhas da legislação fiscal brasileira.

Para conter esse duto de dinheiro público, é necessário fortalecer a fiscalização e melhorar a articulação entre a Receita e o Ministério Público (MP). O presidente da Unafisco ressaltou que, atualmente, o MP só pode ser acionado no final do processo administrativo

da Receita, o que retarda a punição dos infratores. Ele criticou ainda as penas aplicadas aos sonegadores, que na maioria dos casos fica restrita ao pagamento de multa, e o fato de o crime fiscal ser extinto tão logo a dívida com o governo seja negociada.

O professor da UnB Humberto Falcão Martins também defendeu maior controle por parte das instituições públicas. Ele criticou o fato de qualquer pessoa poder se tornar dirigente público pelo sistema de indicações, sem que haja uma avaliação aprofundada das qualificações do indicado.

A proposta teve o apoio do representante da Federação Nacional do Fisco Estadual, Rogério Macanhão, que defendeu o ingresso exclusivo por concurso público.

Skymaster é suspeita de sonegar impostos

Um dos principais focos de investigação da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, a companhia aérea Skymaster foi alvo de novas denúncias na última semana. O ex-funcionário da Skymaster Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves acusou a empresa de falsificar documentos de vôos e de sonegar impostos.

Ele disse que a empresa, que presta serviços de transporte de cargas para os Correios, teria incluído seu nome como tripulante de um vôo do qual não participou, em 1998, para não ter problemas com o Departamento de Aviação Civil (DAC).

– A Skymaster falsificou um documento e pode ter falsificado outros – disse Gonçalves, que confirmou pagamentos não declarados aos funcionários, em manobra para sonegar impostos.

A CPI já identificou superfaturamentos de R\$ 64 milhões nos contratos da Skymaster com os Correios e agora investiga o destino de R\$ 30 milhões sacados das contas da empresa e não-identificados. Apura também a

legitimidade de um contrato de arrendamento de aeronaves da Skymaster com duas empresas no exterior, pois as somas repassadas pela companhia aérea aos arrendatários levantam suspeitas de lavagem de dinheiro.

Também depois na Sub-Relatoria de Contratos o sócio da Skycargas Jayme Louzada Bacellar, que presta serviços à Skymaster. Negou conhecimento das finanças da empresa e jogou a responsabilidade sobre o sócio da Skymaster João Marcos Pozzetti.

A sub-relatoria questionou ainda o sócio da Beta, outra empresa de transporte dos Correios, Roberto Kfourri, sobre as acusações de que teria pago US\$ 20 mil de propina ao então diretor de Operações da estatal, Carlos Lima Sena, em 2000. A denúncia foi feita pelo ex-funcionário da Beta Lincoln Pereira Frade no fim do ano passado, que assumiu ter transportado o dinheiro.

Kfourri depôs à CPI pela segunda vez e, exaltado, disse que as afirmações de Frade são mentirosas.

Para ministro do TCU, atos irregulares devem levar à inelegibilidade

A CPI dos Correios ouviu o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adilson Motta, sobre os problemas da fiscalização e sobre a cooperação do órgão com a CPI. Para melhorar o sistema de controle, segundo o ministro, é preciso que a reprovação das contas de detentores de cargos públicos tenha efeitos mais duros, como inelegibilidade e inabilitação para o exercício de função ou cargo público.

Adilson Motta, como a maioria dos convidados da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI, criticou a lei do sigilo e pediu maior flexibilidade no acesso a dados bancários pelos órgãos fiscalizadores. Segundo ele, a proteção excessiva dos dados compromete muitas auditorias do TCU.

Desde o início da crise, ressaltou o ministro, o tribunal pôs à disposição da CPI dos Correios uma força-tarefa de 122 técnicos,

oito deles cedidos ao Congresso, que analisam mais de 50 contratos colocados sob suspeita pelas denúncias.

A atuação dos técnicos do TCU foi fundamental, por exemplo, na elaboração do relatório parcial da CPI dos Correios sobre a Skymaster. Também foram encontradas fraudes em contratos de publicidade de diversos órgãos, como a Infraero, a Eletronorte, o Banco do Brasil, entre outros.

CRISE POLÍTICA

Duda Mendonça e sócios devem voltar a depor em CPI para justificar movimentação no exterior

Dimas vai explicar "lista de Furnas"



Um acordo entre os partidos permitiu que a CPI dos Correios aprovasse as convocações do publicitário Duda Mendonça e do ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas Dimas Toledo, que deve comparecer à CPI nesta quarta-feira para explicar a lista de 156 políticos do PSDB, do PFL e de outros partidos supostamente beneficiados com um esquema de desvio de recursos da estatal.

A "lista de Furnas", como ficou conhecido o documento, é assinada por Dimas e foi confirmada pelo deputado cassado Roberto Jefferson, que admitiu ter recebido os R\$ 75 mil nela discriminados. O ex-diretor de

Furnas já deu declarações negando a existência de tal esquema e desqualificando o documento em posse da Polícia Federal.

Na lista ainda constam como beneficiários o prefeito de São Paulo, José Serra, que à época era candidato à Presidência da República, e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ambos do PSDB. Também aparecem na relação deputados que participam da CPI dos Correios: os sub-relatores Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse ser contrário à convocação de Dimas e sugeriu a instauração de uma CPI específica para tratar da lista, mas acabou cedendo diante do acordo entre os partidos. O re-

lator, no entanto, acredita que não há tempo hábil para a comissão investigar a nova denúncia, já que tem prazo de encerramento previsto para abril.

Duda Mendonça deve voltar à CPI

O publicitário Duda Mendonça e sua sócia Zilmar Fernandes também devem voltar a depor na CPI dos Correios, dessa vez acompanhados por outro sócio, Armando Correia Ribeiro. Eles vão explicar a movimentação bancária de Duda no exterior pela conta Dusseldorf ou outras aplicações ligadas às empresas do publicitário.

Os parlamentares já negociaram com as autoridades dos



Acordo entre partidos na CPI dos Correios permitiu aprovação de convocações de Dimas Toledo, Duda Mendonça e sócios do publicitário

Estados Unidos como se dará o acesso da comissão de inquérito ao sigilo das contas de Duda Mendonça. Para evitar vazamentos à imprensa que possam comprometer as investigações, o acesso deve ser limitado ao presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e ao

relator-geral, Osmar Serraglio.

Os papéis devem ser consultados nas dependências do Ministério Público ou do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça. A CPI não receberá cópias dos documentos.

Tuma pede verificação de autenticidade a diretor da PF

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que entregará um ofício à Polícia Federal consultando a instituição sobre a autenticidade da "lista de Furnas", documento que aponta um grupo de mais de cem políticos que teriam sido beneficiados irregularmente com recursos provenientes da estatal Furnas.

Essa lista seria uma prova de que a oposição se utilizou de caixa dois – prática que acusa o governo de ter praticado – e vem causando polêmica. Há, por um lado, acusações de que o documento é falso e, por outro, de que haveria um acordo entre governo federal e oposição para "abafar" a lista e os demais escândalos sobre corrupção. Tuma disse que se reuniu na última quarta-feira com o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e que este se comprometeu a informá-lo sobre os detalhes das perícias que vêm sendo realizadas na lista.

Agripino cobra do ministro da Justiça Thomaz Bastos esclarecimento sobre a lista

Depois de ler nota divulgada pela Comissão Executiva do PFL, na qual é cobrada do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, uma definição sobre a veracidade da chamada "lista de Furnas", o senador José Agripino (PFL-RN) mandou um recado para o ministro: ou ele apresenta até o final desta semana uma conclusão sobre a veracidade do documento ou o partido buscará o apoio de toda a oposição para aprovar um requerimento convocando Thomaz Bastos a esclarecer o assunto em uma CPI ou comissão permanente da Casa.

– O PFL quer saber a verdade e está disposto a pagar o preço que tiver que pagar e não tem medo porque não tem nenhuma culpa no cartório. Se o ministro não responder, vamos buscar o fórum apropriado onde a oposição tiver maioria para convocá-lo. Ele tem que

esclarecer o que o país quer saber e o que já deveria ter sido esclarecido há muito tempo – afirmou José Agripino.

Na opinião do senador pelo Rio Grande do Norte, o governo não tem interesse em esclarecer o assunto para que os políticos da oposição listados no documento percam credibilidade perante a opinião pública. "É gostoso para o PT do mensalão, do Waldomiro, dos marcos valérios, dos delúbios, dos silvinhos, ter gente decente sendo comentada no nível deles", expôs.

Agripino citou declaração do diretor-geral da Polícia Federal segundo a qual a cópia da "lista de Furnas" poderia ser submetida a uma perícia para determinar sua veracidade. O senador indagou por que a perícia ainda não foi realizada, já que a lista está circulando há muito tempo.

Arthur Virgílio quer punição para autores de documento que circulou na Internet

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que quer a punição dos autores da lista que circulou pela Internet com nomes de políticos que teriam sido beneficiados por recursos de Furnas para financiar campanhas eleitorais em 2002. A seu ver, não há dúvida de que a lista é uma fraude.

– Não me satisfaço só em desmoralizar a lista, quero punir os culpados por sua autoria – afirmou o senador, cobrando do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pronunciamento sobre o assunto.

Virgílio anunciou que seu partido, juntamente com o PFL, decidiu votar nas comissões contra qualquer nome indicado pelo Poder Executivo para cargos em órgãos do governo enquanto o ministro da Justiça não se pronunciar. Ele também refutou a existência de um acordo para abafar as investigações das

comissões de inquérito.

Ele reafirmou o interesse de seu partido em investigar o caso, e negou qualquer negociação para evitar que a CPI convocasse o ex-diretor de Furnas.

– O PSDB se incomoda com essa história de acordinhos e de acordão. Por isso, embora compreenda a opinião do relator Osmar Serraglio, de que não havia base legal para a convocação de Dimas Toledo, entendo que é imperioso que ele compareça – afirmou.

Virgílio indagou do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), se ele acreditava na veracidade da lista. Mercadante declarou que a negativa de parlamentares lhe era suficiente para que não acreditasse nela.

– Vimos pela prudência de Mercadante que não há ninguém com verdadeira responsabilidade capaz de avaliar a lista – concluiu.

Heloísa: CPI dos Correios deveria apurar mensalão

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) declarou que o PSOL "não deseja que seja acobertada a corrupção do governo Lula nem a do anterior, de Fernando Henrique Cardoso", referindo-se às notícias de que haveria um acordo entre governo e oposição nesse sentido.

Segundo ela, seu partido apresentou dois requerimentos à CPI dos Correios, solicitando a convocação do publicitário Duda Mendonça e do ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas Dimas Toledo. As convocações foram aprovadas.

A senadora disse ainda que a CPI dos Correios deveria assumir as prerrogativas da CPI do Mensalão, já que esta encerrou suas atividades em novembro. Heloísa justificou seu apelo afirmando que as investigações da CPI do Mensalão (também conhecida como CPI da Compra de Votos) foram "aniquiladas e soterradas", pois a prorrogação dos trabalhos do colegiado foi impedida "pela promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso". A parlamentar defendeu ainda os pedidos de quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário dos supostos beneficiários do mensalão, "sejam senadores ou deputados".

– É inadmissível que o povo não saiba quais parlamentares foram beneficiados com o esquema fraudulento do mensalão – protestou.

Conselho de Ética da Câmara rejeita cassação de Pedro Henry

Por 9 votos a 5, os integrantes do Conselho de Ética da Câmara rejeitaram na quinta-feira a recomendação do deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP) para cassar o deputado Pedro Henry (PP-MT). Fantazzini acusou Henry de quebrar o decoro parlamentar ao participar, como líder de seu partido, de "negociações espúrias" com o PT. Com a rejeição do parecer Fantazzini, a comissão deverá votar nesta terça-feira, às 10h, um relatório favorável a

Pedro Henry, que será enviado para votação no Plenário da Casa.

Também na quinta-feira passada, o relator do processo contra o deputado João Magno (PT-MG), deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), recomendou a cassação do petista. Magno é acusado de ter recebido R\$ 426 mil das contas de Marcos Valério. Devido a um pedido de vista, a votação do pedido de cassação foi adiada para a próxima quinta-feira, às 10h.

O Conselho de Ética também recebeu o laudo da perícia médica que diz que o deputado José Janene (PP-PR) sofre de problemas graves de coração e não deve sofrer estresse. O presidente do colegiado, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), anunciou a opção pela continuidade do processo contra Janene, mesmo que ele ganhe a aposentadoria. Na próxima semana, deverão ser ouvidas cinco testemunhas no processo contra Janene.



Pedro Henry foi acusado de quebra de decoro parlamentar por Fantazzini

CRISE POLÍTICA

"Lista de Furnas" e críticas de FHC à atual administração provocam debate entre governo e oposição

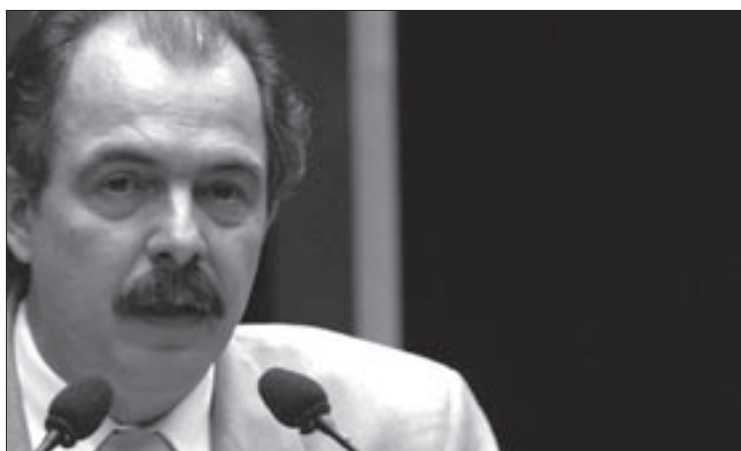
Mercadante nega uso da lista pelo governo



O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assegurou em Plenário que nem o governo nem o seu partido fizeram uso político da lista, divulgada pela imprensa, com nomes de supostos recebedores de recursos – em sua maioria, políticos de partidos de oposição – que seriam oriundos de caixa dois montado pela empresa estatal Furnas.

O líder voltou a defender a presunção da inocência daqueles que são alvo de denúncias e disse confiar na palavra dos opositores, que garantiram a falsidade da lista. Ele lamentou a produção de denúncias infundadas cujos desmentidos acabam não tendo o mesmo destaque na imprensa.

Mercadante também rechaçou as críticas feitas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e à Polícia Federal. Virgílio havia afirmado que o ministro saberia que a "lista de Furnas" era falsa, mas não vinha a público divulgar essa informação. Segundo o senador amazonense, a intenção do ministro seria "confundir a



Mercadante garante isenção do ministro da Justiça e da PF e convida oposição a comparar realizações dos governos Lula e FHC

opinião pública".

Mercadante destacou que Thomaz Bastos já determinou à PF que acelere as investigações sobre a origem de tal lista.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assegurou que a chamada "lista de Furnas" é falsa e que "pedir celeridade nas investigações é insuficiente".

Mercadante convidou a oposição a comparar os oito anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com os três anos já transcorridos do governo Lula.

Na avaliação do senador, o cres-

cimento de Lula nas pesquisas de intenções de voto para as eleições deste ano devem-se às realizações do governo, sobretudo na economia e na área social. Mercadante destacou a criação de mais de 3 milhões de empregos, o aumento do poder de compra do salário mínimo, a obtenção de um superávit de US\$ 103 bilhões na balança comercial e a redução da dívida externa em US\$ 41 bilhões.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que, em três anos, o governo Lula investiu 20 vezes mais em Goiás do que o governo de Fernando Henrique Cardoso.

FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

ACM cita pesquisas que indicam vitória de Serra

Em resposta a discurso de Aloizio Mercadante [veja ao lado], o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que, mesmo tendo crescido nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva seria derrotado pelo prefeito de São Paulo, José Serra, do PSDB, que o venceria no primeiro e no segundo turnos.

Antonio Carlos disse que Lula subiu nas pesquisas porque a convocação para depoimentos às CPLs teriam sido malfeitas e também porque jornais e televisões teriam poupado o presidente de acusações que, na sua opinião, ele merecia.

O parlamentar citou reportagem de O Estado de S. Paulo para criticar a política social do governo, que não teria sido bem-sucedida nem mesmo em cidade de menos de 5 mil habitantes,



A política social do governo Lula é um completo fracasso, sustenta Antonio Carlos

como Guaribas (PI). No jornal, o ministro do Desenvolvimento Econômico e Social, Patrus Ananias, afirma que, em breve, a cidade deixará de depender dos programas sociais, mas o prefeito garante que Guaribas "acabaria sem as pensões federais".

Mão Santa cobra juros e carga tributária menores

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), a redução da carga tributária sobre as empresas e pessoas físicas e dos juros bancários, "que favorecem somente os banqueiros". O discurso foi em resposta a pronunciamento em que Mercadante [veja ao lado] enalteceu as políticas sociais do governo.

Mão Santa acusou o governo de não devolver, ao menos em prestação de serviços na área de saúde, educação e segurança, o dinheiro pago pelo cidadão brasileiro em Imposto de Renda.

– A cada ano, o trabalhador paga cinco meses [de salário] de Imposto de Renda e nada disso é revertido para melhorar a sua condição – protestou.

Mão Santa também criticou o governo por fazer propaganda da

quitação de dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ressaltando que, para isso, o Brasil "aumentou a dívida interna contraindo inúmeros empréstimos com outros bancos".

Sobre as iniciativas sociais de Lula apontadas por Mercadante, o senador questionou o fato de o Banco do Brasil "lucrar de maneira fantástica" com cobranças decorrentes da diversificação dos seus serviços e dos juros, sem oferecer novos empregos.

– Num edital de concurso público ofereceram salários de R\$ 300 para início de carreira – protestou Mão Santa.

O senador reclamou ainda do tratamento dado aos prefeitos, em dificuldades por não receberem os repasses de 21,5% do total dos recursos tributários da União, "a que têm direito por lei".

Virgílio desafia Berzoini a processar FHC

Ao discursar em Plenário, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), declarou que o presidente do PT, Ricardo Berzoini, "está desafiado a processar Fernando Henrique Cardoso". Berzoini havia afirmado, na última segunda-feira, que iria processar o ex-presidente devido às declarações feitas por FHC à revista IstoÉ, em sua edição do dia 5.

Entre outras afirmações, Fernando Henrique disse que "a corrupção neste governo é muito mais grave do que nos

outros casos da história"; "é paradoxal, mas a ética [atual] do PT é roubar"; "o PT obteve lealdades em troca de dinheiro"; e "Lula pode ganhar [a eleição de 2006] como pessoa, mas será guiado pelo mercado e pelo pior da política".

Virgílio frisou que Berzoini também poderia processar Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, que teria declarado recentemente que o PT "perdeu o caráter e a credibilidade".



Virgílio diz que Berzoini pode processar também assessor do Planalto Marco Aurélio Garcia

Suplicy lembra 26 anos da fundação do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou os 26 anos do Partido dos Trabalhadores. Lembrando que a fundação do partido ocorreu ainda no período da ditadura militar, em 10 de fevereiro de 1980, Suplicy afirmou que "a história do PT é a história da redemocratização do Brasil".

Suplicy destacou a trajetória do PT, "feita de luta e sofrimento", recordando que o partido surgiu e se desenvolveu em uma época conturbada, em que o Brasil "foi comandado, por um longo período, por uma elite preocupada apenas em manter seus próprios privilégios".

O senador ressaltou que o PT participou de movimentos sociais, notadamente pelas eleições diretas para a Presidência da República, e contribuiu para a organização de movimentos

populares e a defesa dos direitos humanos.

Suplicy também enumerou os diversos programas sociais criados pelo PT, como o Saúde da Família e o Bolsa-Escola, a implantação do orçamento participativo em municípios administrados pelo partido e lembrou a luta do PT pela ética e a justiça social.

Analisando a situação atual do partido, Suplicy disse que o PT deve reconhecer seus erros, combatê-los e corrigi-los. Ele fez referência ainda aos petistas expulsos do partido, como Heloísa Helena (PSOL-AL), ou que dele se desfilaram após a crise ética que se abateu sobre o partido em 2005, como Cristovam Buar-

que e Plínio de Arruda Sampaio. O senador disse que optou por permanecer no PT e levar adiante seus ideais, e manifestou sua convicção de que o partido irá melhorar com as críticas feitas pelos que saíram.

Suplicy mencionou o início de sua amizade com Lula, em 1976, quando este presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, as primeiras conversas com Lula sobre a fundação do partido, e homenageou os militantes antigos do Partido dos Trabalhadores, que formaram a primeira bancada na Câmara dos Deputados, como Manuel da Conceição, Davi de Moraes, Antonio Carlos Maranhão e Airton Soares.

Senador acha que partido deve reconhecer os erros e corrigi-los

Alvaro Dias quer investigar cartões do Planalto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu à Mesa que indique o assessor do Tribunal de Contas da União Eduardo Nery Machado, que presta serviços ao Senado, para realizar análise dos gastos dos cartões de crédito corporativos do Palácio do Planalto. A Casa Civil, explicou Alvaro Dias, condicionou assim o acesso às informações do cartões corporativos.

Ele afirmou que o governo Lula eliminou a fronteira entre as esferas pública e privada, banalizou a corrupção e criou uma crise ética de dimensões explosivas. Além das denúncias de utilização de recursos públicos em campanhas eleitorais, o senador mencionou outros negócios, que envolveriam o projeto de um trem-bala unindo Rio de Janeiro e São Paulo, cuja licitação seria um "jogo de cartas marcadas".

Presidente faz propaganda ilegal, diz José Jorge

O aumento de oito pontos percentuais na aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última pesquisa do Instituto Datafolha "não lhe assegura a reeleição", afirmou o senador José Jorge (PFL-PE). Para ele, Lula recuperou popularidade entre as camadas menos alfabetizadas da população, "principalmente em função da propaganda massiva que vem promovendo, fora do período eleitoral, e de medidas eleitorais, como a operação tapa-buracos", além do reajuste do salário mínimo.

– Lula vem se utilizando dos espaços da mídia para inserir, ilegalmente, propaganda fora de época. Ele já foi inclusive multado pela Justiça Eleitoral – salientou o senador, destacando ainda que, de acordo com a pesquisa Datafolha, 68% das 2.590 pessoas entrevistadas preferem um candidato honesto.

PLENÁRIO

Elogios ao pacote da construção civil

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Sibá Machado (PT-AC) elogiaram as realizações do governo Lula, tanto dentro como fora do país. Ideli e Quintanilha exaltaram as medidas de incremento e desoneração do setor da construção civil, com o objetivo de beneficiar a população de baixa renda.

A senadora se disse orgulhosa de saber que a idéia surgiu de iniciativa de entidades de classe catarinenses, que

há mais de um ano a procuraram para apresentar a sugestão ao ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Ela salientou que os 13 produtos de maior consumo terão isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que também será reduzido de 15% para 5% no caso de outros 28 produtos. Além disso, afirmou, "os recursos serão multiplicados por dez", passando para R\$ 1 bilhão.

Para Quintanilha, as medidas possibilitarão que pessoas de baixa renda

realizem o sonho da casa própria.

– Esse é um estímulo muito grande para reduzir a demanda reprimida de moradias populares – frisou.

Por sua vez, Sibá Machado (PT-AC) classificou como "brilhante" o empenho do governo em conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nas disputas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e na ampliação do Mercosul, com a associação da Venezuela ao bloco.



Ideli destaca isenção de IPI para 13 produtos como uma das principais medidas anunciadas

Para César Borges, governo lança "projetos eleitoreiros"

César Borges (PFL-BA) acusou o governo Lula de lançar "projetos eleitoreiros", como o pacote da construção civil, com o objetivo de se recuperar da má fase iniciada com as denúncias de corrupção em seu partido. Em discurso na quarta-feira, o senador disse que os investimentos em infra-estrutura evoluíram muito pouco no atual governo e que agora, em seu último ano, parece que Lula "deseja realizar tudo o que não fez nos três anos anteriores".

César Borges afirmou que "o programa mais falso" do Execu-



César Borges

tivo é o de recuperação das estradas, chamado de "Operação Tapa-Buracos", em que a imprensa vem apontando uma série de irregularidades.

O senador lembrou que Lula assumiu o compromisso de implementar mudanças no país e nas práticas políticas, mas as denúncias de corrupção no PT desmentiram essa intenção.

– Na prática, ele se limitou a aprofundar a política econômica neoliberal, que prometeia mudar radicalmente. E se contenta em comparar números do passado,

Ideli exalta quinta viagem de Lula à África

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comentou em Plenário a quinta viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, cujo roteiro inclui Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul. A petista afirmou que essa viagem está em sintonia com a política externa traçada ainda no início do governo Lula, calcada

no fortalecimento das relações do Brasil com as demais nações da América Latina e com os países em desenvolvimento, como os do continente africano.

– O país tem uma dívida com a África, pois subtraiu cerca de 6 milhões de pessoas, trazidas para cá como escravos. Nada mais justo do que aperfeiçoar

as relações comerciais, culturais e políticas com o continente – assinalou.

Segundo Ideli, o petróleo é o principal produto argelino importado pelo Brasil, que comprou quase US\$ 3 bilhões em produtos argelinos em 2005, e vendeu apenas US\$ 384 milhões no mesmo período.

Virgílio acusa Lula de "homicídio espacial"

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estar cometendo um "homicídio espacial" ao colocar a vida do astronauta brasileiro Marcos César Pontes em risco por "interesses eleitoreiros". Segundo o líder tucano, a viagem do astronauta a bordo da nave russa

Soyuz TMA-8 para a Estação Espacial Internacional estaria prevista para outubro, mas teria sido antecipada para março, por interferência de Lula. A informação, disse, foi divulgada pela Folha de S. Paulo.

Virgílio ressaltou que o tempo de preparo seria de 13 meses, e não cinco, como acertado pelo

governo.

– Se o astronauta sair vivo da experiência, dirão que o governo brasileiro alçou vôos interplanetários – criticou.

Virgílio encaminhou requerimento de informações ao ministro da Defesa, José Alencar, para saber detalhes acerca da missão.

ESPECIAL

Alberto Silva propõe a criação da Biobrás

Quem acompanha os discursos do senador Alberto Silva (PMDB-PI) no Plenário do Senado e ouviu ou leu a entrevista do presidente Lula na última segunda-feira no programa de rádio Café com o Presidente pode ter a impressão de que Lula inspirou-se em idéias do senador antes de lançar o programa do biodiesel. Isso porque o presidente repetiu na entrevista muitas das idéias que Alberto Silva costuma expor. Mas, apesar de os dois terem idéias assemelhadas, Alberto Silva diz que Lula está errado ao anunciar que a produção por grandes usinas de biodiesel vai criar trabalho em larga escala para pessoas da área rural.

O senador Alberto Silva, engenheiro de 88 anos, conta como o biodiesel nasceu de um projeto do governo militar que lhe foi encomendado pelo então presidente da República, general Ernesto Geisel, em 1976. Alberto Silva, à época com 48 anos de idade, era presidente da recém-criada Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

Para desenvolver o projeto do combustível alternativo ao diesel, Alberto Silva fez convênio com a Universidade Federal do Ceará e, assim, financiou o projeto dirigido pelo cientista e pesquisador cearense Expedito Parente. Bem-sucedido nas suas pesquisas, seis anos depois Parente patenteou o biodiesel.

"Getúlio fundou a Petrobras, Lula criou a Biobrás." O slogan não foi criado pelo PT para a campanha de reeleição do presidente Lula. É uma sugestão do se-

nador Alberto Silva para que Lula entre na história do Brasil com atos concretos que repercutam na vida de todos os brasileiros por décadas à frente.

Na entrevista à Agência Senado, texto a seguir, Alberto Silva expõe algumas das suas idéias sobre o papel do biodiesel como combustível alternativo e instrumento de emprego para o pequeno agricultor.

O presidente Lula anunciou a compra de biodiesel pela Petrobras de quatro usinas (Brasil Ecodiesel, Granol, Soyminas e Agropalma) como o início de uma revolução na geração de empregos no campo, sobretudo na agricultura familiar.

Esse contrato, na minha opinião, não ajuda o pequeno lavrador porque essas grandes usinas, para produzir um biodiesel compatível com os preços vigentes no mercado hoje, devem trabalhar com a soja e o girassol, aquilo que pode ser colhido e plantado com máquina. Essas grandes somente poderão trabalhar com as culturas mecanizadas por uma questão de preço do mercado da matéria-prima e do biodiesel. O pequeno lavrador planta à mão e colhe à mão.

Qual a sua proposta?

Minha proposta é que pequenos proprietários, trabalhadores rurais assentados em projetos de reforma agrária e arrendatários de terras se organizem em associações ou cooperativas para criar usinas de produção de biodiesel a partir da mamona, no semi-árido nordestino,



Alberto Silva: Lula está errado ao confiar biodiesel a grandes empresas

e com base em óleo de dendê na Amazônia.

Já existe uma lei para produção do biodiesel. Seria necessário mais uma lei para criar esse tipo de associação?

Sim, eu proponho que, da mesma forma que o presidente Getúlio Vargas criou a Petrobras e por isso nós temos petróleo hoje, e que o regime militar criou o Proálcool e temos álcool hoje, para termos biodiesel, o presidente Lula deve criar a Biobrás.

Como o senhor justifica o investimento na criação de uma estatal para incentivar pequenos agricultores?

A Ecodiesel ofereceu 65 centavos por 1 quilo de semente de mamona, o lavrador tira no máximo uma tonelada de mamona por hectare. Ao vender por esse preço, ele fatura R\$ 650 por tonelada, mas se plantar mandioca, ele tira 20 toneladas por hectare em 15 meses. Vendendo a R\$ 100 a tonelada, tem R\$ 2 mil, três vezes mais do que o dinheiro da Ecodiesel. Assim, não vai ter semente de mamona. Quem vai plantar mamona para vender a 65 centavos? Ninguém.

Antonio Carlos quer cancelar concurso da Transpetro

Ao classificar como absurdo e desperdício o concurso que a Transpetro (Petrobras Transporte S.A.) está realizando para preencher quase 10 mil vagas do seu cadastro de reserva, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente da República o cancelamento dessa iniciativa. Na avaliação do senador, ampliar os gastos com o funcionalismo público num momento em que se fala em redução das despesas com a máquina pública é um desrespeito ao contribuinte.

– Desse jeito, Lula vai cumprir a meta de gerar 10 milhões de empregos.

Tourinho aponta "uso irresponsável" de recursos do FAT

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) questionou a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para programa de microcrédito produtivo orientado, do governo federal. Segundo informou, serão destinados ao programa cerca de R\$ 100 milhões para a distribuição entre organizações da sociedade civil de interesse público até o fim de 2006.

Na opinião do senador, a medida não passa de interesse eleitoral do presidente Lula. Segundo disse, esses recursos vêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e serão utilizados de maneira "açodada e irresponsável".

PLENÁRIO

Cristovam vê Senado longe da realidade

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que vai levar à Comissão de Direitos Humanos os fatos registrados por três reportagens do programa Fantástico, da TV Globo, do dia 5 de fevereiro, por revelarem novas mazelas sociais do país. As reportagens mostraram que cortadores de cana de São Paulo estão morrendo de trabalhar, em jornadas exaustivas, que crianças pedem comida aos motoristas na BR-101 no sul da Bahia e que no Brasil não existe um cadastro nacional para adoção de crianças.

Para Cristovam, há um descompasso entre a realidade exibida pela televisão e a debatida pelo

Senado, onde, segundo ele, têm sobressaído principalmente denúncias de corrupção.

– Às vezes, assistir aos programas de televisão no Brasil dá a impressão de que se está em outro país. Ou então, ao assistir aos debates aqui nesta Casa, tem-se a impressão de que o Senado é que está em outro país – disse Cristovam.

Segundo o senador, os dois maiores problemas brasileiros são a

“falta de ética nas prioridades”, referindo-se aos gastos públicos, e a “falta de sintonia do Senado, do Congresso, do governo, do Poder Judiciário com a realidade



ROOSEVELT PINHEIRO

Para Cristovam, debates no Senado passam longe da real situação do povo

do povo.”

O pronunciamento recebeu apartes de apoio dos senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Quintanilha: é preciso dar fim à pobreza

Com base em dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Leomar Quintanilha (PC do B-TO) apontou que dez dos municípios mais pobres do país estão em Tocantins. Para o senador, é preciso repensar o pacto federativo para garantir melhor distribuição dos recursos arrecadados sob a forma de impostos.

– São os prefeitos que sofrem a pressão, que têm responsabilidade muito grande, a quem a população recorre, em busca de atendimento para necessidades básicas de saúde, educação, água, saneamento. É preciso acabar com a situação de pobreza – salientou o parlamentar.

Quintanilha lamentou que, em 17 anos de exis-

tência, o Tocantins, mesmo tendo criado novos municípios para garantir que chegassem a eles os recursos, ainda recebe apenas uma parcela ínfima de impostos arrecadados na região.

Para o senador, o êxodo rural, fenômeno não apenas brasileiro mas mundial, no país é acentuado pelo abandono e pela desassistência do homem do campo, que acabou se deslocando para a periferia das grandes cidades, sem condições de disputar vagas no mercado de trabalho com as pessoas da cidade pela falta de escolaridade.

– Nos últimos 50 anos, caiu de 70% para 18% o número de pessoas morando no campo – destacou.

Projetos de Maciel ajudam vítimas da talidomida

Em defesa de dois projetos de sua autoria que beneficiam vítimas da talidomida, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que esse medicamento, hoje proibido, “causou efeitos cruéis e dramáticos no mundo todo”.

Maciel disse que os projetos (PLSs 8/06 e 19/06) definem requisitos e critérios para a concessão de aposentadoria a portadores da deficiência física conhecida como síndrome da

talidomida, atendendo aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (PLS 8/06), enquanto o PLS 19/06 visa atender os servidores públicos.

As propostas, se aprovadas pelo Congresso, serão transformadas em lei complementar – ou seja, irão regulamentar dispositivos constitucionais.

Marco Maciel também lembrou que a Campanha da Fraternidade deste ano, realizada pela Confe-



CÉLIO AZEVEDO

Maciel disse ter atendido a uma reivindicação dos portadores da deficiência

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem como tema as pessoas portadoras de deficiência.

Serys elogia trabalho em defesa da mulher

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo Contra as Desigualdades, da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, com o objetivo de eliminar a violência contra a mulher, recebeu elogio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Todos os estados deveriam ter o mesmo procedimento de Pernambuco de catalogar todos os casos de violência contra a mulher como método de combater esse mal – disse a senadora.

Serys informou que, de acordo com pesquisa da secretaria, 290 mulheres foram assassinadas no estado de Pernambuco em 2005. Este ano, até agora, houve 37 homicídios de mulheres, a maioria jovens e assassinadas pelos seus parceiros.

A senadora também registrou a realização de dois grandes encontros ambientalistas, em Curitiba: a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, de 13 a 17 de março, e a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 20 a 31 de março.

Paim lembra herói da resistência guarani

A cidade gaúcha de São Gabriel sediou a Assembléia Continental dos Povos Indígenas, registrou o senador Paulo Paim (PT-RS). Durante a assembleia, encerrada na terça-feira, foram comemorados os 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju, que liderou a resistência dos guaranis dos Sete Povos das Missões, no atual território gaúcho, contra o processo de expulsão promovido pelos impérios de Espanha e Portugal, após a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri.

Sepé Tiaraju foi morto em 1756 no episódio que ficou conhecido como Massacre de Caiboaté, batalha em que morreram 1.500 índios guaranis.

Paim informou que entregará ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas e à assembleia projeto de lei de sua autoria que estabelece a data de 7 de fevereiro como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas e propõe a inclusão de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria, a exemplo de Tiradentes, Marques de Tamandaré e Zumbi dos Palmares.

Mão Santa pede a Lula respeito aos sertanejos

Preocupado com a situação de seca no sertão do Nordeste, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo federal políticas que melhorem a qualidade de vida do homem do campo. A seu ver, a violência urbana é consequência do êxodo rural, ocasionado pelo empobrecimento das áreas rurais.

– O povo do Nordeste está pedindo ao presidente respeito, sensibilidade, água e alimento – disse o senador, cobrando soluções definitivas para o problema que já fez, segundo ele, 110 prefeituras do Piauí declararem estado de emergência.

O senador pelo Piauí lembrou ainda palavras do ex-presidente

dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, segundo o qual as cidades poderiam ser destruídas – pois seriam reconstruídas –, mas o campo não, por ser o responsável pela agropecuária, que alimenta a população.

Em aparte, o senador José Maranhão (PMDB-PB) considerou a transposição das águas do rio São Francisco um grande projeto para alavancar o desenvolvimento do Nordeste, dando ao homem do interior melhores condições de vida “em seu próprio habitat”. Ele também defendeu mais investimento em uma reforma agrária com mais planejamento, em vez de uma política de assentamentos.

Suassuna cobra presença de carros-pipa no Cariri

Ao registrar que a população de vários municípios do interior da Paraíba vem sofrendo com a seca e a escassez de água até para consumo humano, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo federal urgência na regularização da distribuição de água por carros-pipa e também uma solução definitiva para o problema. Ele denunciou o uso de critérios políticos para a distribuição de água por alguns prefeitos do estado.

– Quando cruzei o Curimataú e o Cariri, fiquei pasmo ao ver a seca e o clamor popular por ações estruturantes e, sobretudo, pelas de curto prazo, como é o caso dos carros-pipa. Em São Vicente do Seridó, em Pedra Lavrada e em toda a área do Cariri está uma seca só. É preciso maior solidariedade para que brasileiros como nós não morram

de sede – disse Suassuna.

Além de distribuição imediata de água para a população, o senador pela Paraíba reivindicou a realização de obras que possibilitem mudar o destino do estado. Nesse sentido, ele comunicou que, junto com o senador José Maranhão (PMDB-PB), pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a implantação de um pólo petroquímico na Paraíba.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) disse que, independentemente do método, o importante é encontrar uma forma definitiva que resolva o problema da falta de água no Nordeste. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) testemunhou que não apenas a população paraibana está sofrendo com a seca, pois no Piauí vários municípios estão vivendo em situação de calamidade.

Jucá comemora entrega de títulos a produtor rural

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou o início de programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário de regularização de terras na Amazônia. Ele informou que o ministro Miguel Rossetto esteve em visita oficial a Roraima, onde entregou mil títulos de propriedade definitiva de 500 hectares a produtores locais. Para o senador, a medida demonstra a determinação do governo federal de resolver os conflitos agrários.

Jucá informou que, por emenda de sua autoria à Lei 11.196, que cria incentivos fiscais para investimentos na Amazônia, o programa atingirá também proprietários de áreas de até 1,5 mil hectares, por meio de licitação pública. Em relação às propriedades de 500 hectares, não haverá licitação.

Alvaro Dias quer medidas para amenizar crise da agropecuária

Em cobrança feita ao governo federal, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a necessidade de diversas medidas para amenizar a situação dos produtores rurais. A seu ver, o setor agropecuário, que possui inquestionável potencial lucrativo, atravessa circunstâncias desfavoráveis – como política cambial, baixos preços dos grãos no mercado internacional e problemas climáticos – e necessita de atenção especial do governo.

– O retorno é assegurado. É socorrer agora para ganhar depois.

Dentre as medidas exigidas, Alvaro Dias destacou a prorrogação dos financiamentos de custeio agrícola e pecuário e de investimento para as áreas atingidas pela seca, a liberação de recursos às cooperativas e aos fornecedores de insumos que financiam a produção agrícola, a criação de novas linhas de financiamento para a agricultura familiar e o refinanciamento de dívidas agrícolas.

PLENÁRIO

Dez anos da TV que mudou o Senado

Em menos de um ano o número de brasileiros habilitados a assistir à TV Senado poderá chegar a quase 90 milhões, com a implantação da Rede Senado de Televisão em sinal aberto. Além de Brasília, onde o sinal já é aberto, mais 12 capitais brasileiras serão beneficiadas. A informação foi transmitida na quinta-feira, durante a homenagem prestada em Plenário pelos dez anos de fundação da emissora, pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Para ele, a TV Senado "é um instrumento de cidadania".

Heráclito Fortes

– Nesses dez anos melhorou a relação do povo com seus representantes – afirmou o senador, salientando que, ao proporcionar o acompanhamento e a fiscalização das atividades dos senadores, a emissora contribuiu para a melhoria da democracia brasileira.

Juvêncio da Fonseca

– Como expor as dificuldades enfrentadas no exercício do mandato aos cidadãos e aos prefeitos? Essa é uma das razões pelas quais a TV Senado é tão importante – disse o parlamentar, ao mencionar ter conseguido aprovar 18 emendas ao Orçamento, mas ter somente três atendidas.



Jornalistas compareceram à homenagem prestada pelos senadores pelos 10 anos da TV Senado

Antonio Carlos

– Posso dizer que fiz tudo o que foi necessário para consolidar a TV Senado e quero congratular-me com todos os seus funcionários pelo trabalho desenvolvido nesses anos – afirmou o senador, que foi presidente da Casa em dois biênios (1997-1999 e 1999-2001).

José Sarney

– Por meio da TV Senado, o povo passou a acompanhar e a fiscalizar seus representantes. O slogan que sugeri à época de sua idealização foi "Fiscalize o Senado" – destacou o parlamentar, que inaugurou a emissora durante sua gestão na Presidência do Senado, há dez anos.

César Borges

– Quando vemos o Legislativo entrar em todos os lares de forma aberta, livre, é porque a democracia está cada vez mais forte no país – comemorou o senador, ao assinalar a importância da emissora para a consolidação da democracia e da cidadania brasileiras.

Serys Silhessarenko

– É da maior importância que os brasileiros possam acompanhar as atividades dos seus representantes, pois só assim teremos homens e mulheres com cada vez mais clareza sobre as atividades dos seus representantes e com mais critério para escolhê-los – observou a senadora.

Pedro Simon

– Felicito a TV Senado pelos seus dez anos por ter realmente mudado a realidade do Brasil. Hoje, a imprensa nacional é outra. O acompanhamento que a sociedade brasileira faz do Congresso Nacional é outro – opinou o senador sobre o papel da emissora no país.

Homenagem à missionária que desafiou grileiros de terras

Por requerimento dos senadores petistas Ana Júlia Carepa (PA) e Sibá Machado (AC), o Senado homenageou, na quinta-feira, a missionária norte-americana Dorothy Stang, assassinada no dia 12 fevereiro de 2005, em Anapu, no Pará, por sua luta em favor dos trabalhadores sem terra.

Dorothy Stang era uma líder popular na região, onde lutava pela implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável, em parceria com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que previa a distribuição de terras para os colonos, o que incomodava os fazendeiros da região.

Em seu pronunciamento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a religiosa foi "uma mártir na luta que o Brasil trava contra a violência no campo". Ele anunciou que deverá ser votado em

fundamental para a punição dos assassinos. Ele acrescentou que o trabalho da comissão resultou em um amplo relatório sobre a situação fundiária no Pará e sobre as causas da impunidade.

Ana Júlia Carepa observou que a maior homenagem que o Senado prestou à irmã Dorothy Stang foi a aprovação do projeto sobre gestão de florestas públicas. Para a senadora, a proposta do Exe-

estar perto dos mais pobres. Em seu trabalho, disse o senador, a missionária sempre teve a preocupação de compatibilizar a preservação das riquezas da floresta amazônica com a solidariedade.

Ao destacar a atuação da religiosa na defesa dos pequenos agricultores do interior do Pará, Sibá Machado afirmou que Dorothy se contrapôs aos interesses de grileiros de terras.

Para a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), desdobrar a luta de Dorothy Stang em favor dos trabalhadores rurais sem terra, contra o trabalho escravo e contra todas as formas de exploração da pessoa humana é a melhor maneira de homenagear a memória da freira americana.

O senador Paulo Paim (PT-RS) assinalou que as idéias da missionária norte-americana, naturalizada brasileira, não serão esquecidas. Ele disse lamentar o fato de que há séculos a América Latina esteja sendo "regada pelo sangue de muitos mártires".

O parlamentar lembrou que, em 2004, a missionária visitou o Congresso Nacional para denunciar assassinatos de agricultores no Pará e, na época, frisou Paim, já sofria ameaças de morte.

– Dorothy era uma gigante que estava muito além da pequenez de seus algozes – declarou ele.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) também prestou homenagens à memória da irmã Dorothy Stang.



Dorothy Stang foi assassinada por sua luta em favor dos trabalhadores sem terra

breve pelo Congresso projeto de lei transferindo para o âmbito da Justiça Federal os crimes contra os direitos humanos tipificados em tratados internacionais assinados pelo Brasil. O projeto foi apresentado após a morte da missionária pela comissão encarregada de regulamentar a reforma do Judiciário.

Renan Calheiros também destacou a atuação de uma comissão especial criada pelo Senado para acompanhar as investigações do crime, composta pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy (PT-SP), que foi

cutivo, que retornou à Câmara por ter sofrido alterações no Senado, dará uma resposta mais eficaz à exploração dos recursos naturais de forma sustentável, com a vantagem de as terras permanecerem públicas.

– Nunca terá sido em vão sua vida e sua morte – ressaltou.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do governo federal providências para diminuir a violência no campo no estado do Pará, apontadas no relatório do senador Demostenes Torres.

Eduardo Suplicy lembrou que Dorothy Stang escolheu o Brasil para viver porque queria

Papaléo registra os 248 da fundação de Macapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou, em discurso no Plenário, os 248 anos da cidade de Macapá, comemorados no último dia 4. Ele explicou que Macapá em tupi significa "lugar com muitas bacabas", o açaí branco. A maior vocação da capital do Amapá, disse o senador, é o comércio, já que sua posição geográfica favorece as transações com a América Central, a América do Norte e a Europa. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) também registrou o aniversário de fundação de Macapá. Ele enumerou, entre as atrações turísticas da capital, o Marco Zero do Equador; o Estádio Milton Corrêa, "com cada lado do campo em um dos hemisférios"; e a Fortaleza de São José de Macapá.

Senado lembra dez anos da morte de Nelson Carneiro

O Senado aprovou na segunda-feira passada voto de lembrança pela passagem dos dez anos de falecimento do ex-senador Nelson Carneiro, ocorrido em 6 de fevereiro de 1996, quando ele tinha 85 anos.

Natural de Salvador, Nelson Carneiro foi eleito senador em 1970 pelo PMDB, representando a Guanabara. No ano seguinte tornou-se líder do partido no Senado, sendo reeleito mais duas vezes, em 1978 e 1986. Durante o seu último mandato, entre 1989 e 1990, ele presidiu o Senado.

Voto de pesar pelo artista plástico Aldemir Martins

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) solicitaram à Mesa do Senado a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins, ocorrido no último dia 5, na cidade de São Paulo, devido a um infarto.

– Ele foi um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil no século passado – afirmou José Jorge, lembrando que Aldemir, entre outras atividades, foi ilustrador do Jornal da Tarde nos anos 70.

Suplicy revelou que em 1955, quando tinha 14 anos, conheceu o artista, e que se tornou amigo de sua família.

Aldemir Martins, de 83 anos, apesar de também ter sido gravurista, ceramista e escultor, marcou o cenário das artes plásticas como desenhista e pintor.

Romeu Tuma lamenta morte de jornalista

O Senado apresentará condolências à família do jornalista Tales Alvarenga, que morreu no último dia 3, em São Paulo, após sofrer insuficiência respiratória. O requerimento de pesar foi apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Tales Alvarenga, que morreu aos 61 anos, era diretor editorial das revistas Veja e Exame. Mineiro, ele iniciou sua carreira jornalística em Belo Horizonte, em 1968, na redação do jornal Estado de Minas. Depois de passar quatro anos no Jornal da Tarde, de São Paulo, ingressou, em 1976, na Veja.

PLENÁRIO

Papaléo quer apoio à produção científica

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou mais investimentos no ensino superior mostrando que o país corre o risco de ficar marginalizado no contexto da produção científica e tecnológica mundial. Analisando estatísticas divulgadas pelo Ministério da Educação, ele concluiu que a formação de doutores e pós-doutores no Brasil é, além de insuficiente, mal distribuída regionalmente.

O senador disse que, em 2000, o Brasil formou 4,6 doutores para cada 100 mil habitantes, enquanto a Coreia do Sul formou 13,6. Outra comparação feita pelo parlamentar foi com o Chile, onde foram publicados 70 artigos para cada 1 milhão de habitantes, enquanto no Brasil a proporção seria de 39 artigos por 1 milhão



Segundo Papaléo, a formação de doutores e pós-doutores no Brasil é insuficiente e concentrada nas regiões Sul e Sudeste

de habitantes.

Papaléo enfatizou a necessidade de aumentar o número de cursos de doutorado e de pós-doutorado e de distribuí-los melhor entre as regiões brasileiras,

diminuindo a atual concentração no Sul e no Sudeste.

O senador pediu também o aumento dos valores das bolsas de estudo concedidas aos alunos de mestrado e de doutorado.

Viana elogia avanço da educação no Acre

Tião Viana (PT-AC) anunciou que 100% dos municípios do estado do Acre contam com instituições de ensino superior. Ele disse acreditar que o Acre é o primeiro estado brasileiro a oferecer cursos superiores em todos os seus municípios.

O senador lembrou que há sete anos 45% dos municípios do estado não dispunham do ensino de 2º grau.

Conforme salientou ainda o parlamentar, o curso universitário dá ao estudante uma nova compreensão de vida, da organização social e da política pública.

Viana citou também conquistas do governo federal na área educacional, com destaque para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que tem a adesão de 1.142 instituições priva-

das de ensino e ofereceu 112 mil bolsas de estudo para estudantes de famílias de baixa renda. Em sua segunda edição, em 2004, informou, o programa recebeu inscrições de 797.840 estudantes, um aumento de mais de 130% em relação ao ano anterior.

O senador mencionou ainda outros programas, como o de transporte escolar, que beneficia 3 milhões de crianças.

João Alberto quer fiscalizar aplicação dos recursos da Cide

João Alberto Souza (PMDB-MA) solicitou apoio para a proposta de emenda à Constituição (PEC 70/05) que determina a fiscalização, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso Nacional, da aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Esse imposto incide sobre o preço dos combustíveis e, por lei, deve ser usado na recuperação da malha rodoviária nacional. João Alberto é o autor da matéria.

Alberto Silva celebra vôo internacional em Parnaíba

A segunda maior cidade do Piauí, Parnaíba, receberá seu primeiro vôo internacional no dia 20, anunciou Alberto Silva (PMDB-PI). Há 30 anos, informou, o então Campo de Aviação de Parnaíba se transformou em aeroporto. Em 2004, já sob administração da Infraero, passou a Aeroporto Internacional de Parnaíba. O primeiro vôo internacional a pousar no município será o de uma aeronave 767 que virá de Roma, trazendo turistas italianos.

Forças Armadas sucateadas preocupam Jefferson Péres

O sucateamento das Forças Armadas brasileiras, relatado pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), levou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) a cobrar uma "intervenção energética" do Congresso.

Segundo o senador, a situação descrita pelos comandantes militares causou preocupação. Jefferson Péres observou que o Exército possui canhões da 2ª

Guerra, uma frota de veículos com, em média, 20 anos e blindados pesados com cerca de 30 anos de uso. Não existem canhões antiaéreos e o estoque de munição só responde por 15% das necessidades.

Na Marinha, disse, metade dos 21 navios está imobilizada, assim como dois dos quatro submarinos, 27 dos 58 helicópteros e 21 dos 23 aviões. A Aeronáutica sofre com uma frota com idade média de 24 anos.

José Maranhão protesta contra decisão do TCU

José Maranhão (PMDB-PB) protestou contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que considera ilegal o pagamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários para uma parte dos funcionários que se aposentou pelo Ministério da Saúde – incluídos aí ex-empregados que trabalharam na Paraíba. O parlamentar afirmou que “essa vantagem salarial havia sido agregada, desde o final da década de 80, à remuneração do pessoal da área de saúde oriundo do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), no âmbito da representação paraibana desse ministério”.

Augusto defende atribuições do Ministério Público

A prerrogativa do Ministério Público para efetuar investigações em ações penais foi defendida por Augusto Botelho (PDT-RR). Para o senador, conferir essa função apenas à polícia judiciária é prejudicial à sociedade.

– Ao colher elementos para respaldar seu conhecimento sobre a investigação, o Ministério Público não está presidindo um inquérito, mas visando à busca de maior clareza dos fatos – argumentou. Botelho também ressaltou a importância da instituição para a democracia.

Senado deve assumir o fortalecimento das agências reguladoras, afirma José Jorge

Ao chamar atenção para o desprestígio das agências reguladoras, José Jorge (PFL-PE) apontou que elas têm seus recursos contingenciados pelo governo e chegam a esperar até um ano pela indicação de novos diretores em caso de vacância dos cargos. Ele sugeriu que o Senado assumira a tarefa de fortalecer as agências

e, para tanto, aprove proposta de emenda à Constituição de que é o primeiro signatário, estabelecendo que, na falta de indicação dos diretores das agências pelo presidente da República, o Senado Federal assumira a tarefa.

Em seu discurso, José Jorge também comemorou os dez anos da TV Senado.

Projetos

Penas contra desrespeito a direito do idoso

Por meio de proposta (PLS 362/05) que altera o Estatuto do Idoso, Pedro Simon (PMDB-RS) quer atribuir ao Ministério Público a tutela sobre ações de desrespeito ao direito do idoso de receber gratuitamente medicamentos, e estabelecer penas para quem expuser o idoso a perigo, submetê-lo a condições desumanas ou degradantes, sujeitá-lo a trabalho excessivo ou inadequado ou ainda privá-lo de alimentos, de medica-

mentos e cuidados indispensáveis.

Simon ainda sugere (PLS 355/05) mudanças na lei que regula o sistema financeiro (Lei 4.595/64), estabelecendo que as atividades bancária, financeira, de crédito e securitária são relações de consumo. É o que consta no Código de Defesa do Consumidor, mas a Carta exige lei complementar. O objetivo é “acabar com as divergências a respeito do assunto”, diz Simon.

Previdência para portador de deficiência

A adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados à Previdência Social foi proposta em projeto (PLS 358/05) do senador Flávio Arns (PT-PR). No caso da aposentadoria por idade, ele sugere redução de dez anos no prazo necessário para obter o benefício. Já a aposentadoria por tempo de contribuição seria devida ao segurado com 25 anos de trabalho em condições de deficiência.

Consulta popular só nas eleições regulares

Para aproveitar a mobilização do aparato da Justiça Eleitoral e reduzir gastos, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto (PLS 364/05) determinando que plebiscitos e referendos sejam realizados nas mesmas datas das eleições. Esse é também o objetivo do PLS 376/05, do senador Tião Viana (PT-AC), segundo o qual consultas populares deverão ser realizadas na primeira eleição municipal subsequente à aprovação do ato convocatório.

Produção, venda e uso de cerol podem ser crimes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pretende, conforme projeto que apresentou (PLS 371/05), incluir entre as contravenções penais o uso, a produção, o fornecimento ou a venda de materiais e artefatos cortantes, inclusive cerol, a serem utilizados em papagaios de papel e em artefatos semelhantes.

Regras para oficinas de desmanche

As empresas de desmanche, que desmontam veículos automotores terrestres para comercialização de suas partes como peças de reposição ou sucata, poderão ter seu funcionamento disciplinado a partir de projeto (PLS 372/05) do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Agência para o Corredor Centro-Norte

Apresentado pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA), o PLS 373/05 pode autorizar o Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, para implementar políticas que fortaleçam o desenvolvimento sustentável da região (Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins).

PLENÁRIO

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse não ter ficado surpreso com o resultado de pesquisa da Datafolha que aponta um crescimento da apreciação positiva da sociedade brasileira com relação ao Congresso Nacional. Segundo a pesquisa, a avaliação do Parlamento voltou ao nível em que se encontrava antes das denúncias feitas pelo então deputado Roberto Jefferson.

– Não me surpreendo. É o resultado do trabalho que estamos realizando, das votações que têm acontecido e da constatação de que estamos apurando as denúncias, sem qualquer possibilidade de acordo – afirmou o senador.

Dirigente da Adbid discute com Renan o futuro do país

O futuro do Brasil e as condições mundiais favoráveis à inserção do país numa rota de maior desenvolvimento econômico foram temas de encontro entre o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Adbid), Paulo Godoy, e o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ao deixar a audiência, Godoy informou que ele e Renan concordaram que é preciso aproveitar o momento favorável e aprovar reformas estruturais de longo prazo.

– Falei com o presidente do Senado sobre as reformas que ainda precisam ser enfrentadas, como a batalha da reforma previdenciária – disse, acrescentando que defendeu ainda, no encontro, a votação da reforma tributária e da Lei do Gás, proposta por Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Alberto destaca aumento das áreas de petróleo no NE

Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou que a bacia do rio Parnaíba (PI) estará entre as áreas de prospecção que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) oferecerá em licitações no mês de outubro. A bacia do rio do Peixe (PB) também entrará no leilão.

Esse fato, afirmou, indica a possibilidade de exploração de petróleo em quase todos os estados do Nordeste. Na sua opinião, a expectativa de produzir, por dia, 15 mil barris de óleo na Paraíba justifica a instalação de uma pequena refinaria no estado.

Presidente quer votar logo projeto do salário mínimo

Em ato na Presidência do Senado, Renan Calheiros recebeu quinta-feira o projeto que fixa em R\$ 350, a partir de abril, o valor do salário mínimo. A proposta foi entregue pelos ministros Jaques Wagner (Relações Institucionais), Paulo Bernardo (Planejamento), Luiz Marinho (Trabalho) e Nelson Machado (Previdência).

– No que depender do Senado, votaremos o salário mínimo dentro da pauta da convocação extraordinária. Acho que o grande gol que teríamos de marcar na convocação é votando o salário mínimo, que aponta no sentido da recuperação do seu poder de compra, que compatibiliza o seu valor com o fluxo do produto interno bruto, que fortalece o mercado interno.

Lobão protesta contra a crescente carga tributária

Edison Lobão (PFL-MA) protestou sexta-feira contra a crescente carga tributária do país que, em 2005, atingiu 37,5% do PIB. Segundo disse, uma das soluções para o problema encontra-se no corte de gastos públicos. Ele afirmou que a sociedade clama por menos impostos, menos burocracia e legislação trabalhista e sindical mais moderna. Lobão observou que, em razão das eleições, 2006 é um ano adequado para se definir uma nova agenda nacional, objetivando a retomada do desenvolvimento.

Senadores saúdam escolas bem avaliadas

O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2005, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), foi comentado pelos senadores em Plenário. Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou duas escolas do estado do Rio de Janeiro – São Bento (privada) e Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (pública) – que receberam a melhor avaliação no Enem, entre todas as escolas de ensino médio brasileiras. O senador apresentou requerimento de voto de louvor às duas escolas.

Já Heráclito Fortes (PFL-PI) parabenizou os dirigentes de três colégios piauienses que se destacaram no exame, pelos índices de aprovação obtidos

por seus alunos. Ele se referia às instituições privadas de educação São Francisco de Sales, Santa Maria Gorete e Dom Barreto.

O senador elogiou a dedicação abnegada dos educadores dos setores público e privado, e disse lamentar que as escolas públicas estejam sendo prejudicadas em seu desempenho pela falta de verbas.

Mão Santa (PMDB-PI) também saudou o resultado obtido pelas escolas do Piauí, mas informou que, no Enem, os estudantes de escolas particulares obtiveram médias maiores do que os da rede pública. O



Três escolas do Piauí foram lembradas por Heráclito Fortes (foto) e Mão Santa

senador afirmou que o governo Lula foi reprovado, uma vez que as escolas públicas obtiveram nota 40, em um total de 100, e, para o senador, a “nota para passar é 50”.

Cristovam deve propor mudanças ao Fundeb

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que irá apresentar substitutivo à proposta do Executivo que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado pela Câmara na semana passada.

Entre as inovações sugeridas pelo senador, destacam-se o não contingenciamento dos recursos a serem alocados ao fundo e a criação da chamada Poupança Nacional de Educação, a ser mantida com recursos federais e que duraria até 2022.

Para o senador, a proposta (PEC 9/06) “é tímida e incompleta”. A seu ver, o projeto original em exame no Congresso não chega a prever a criação de uma espécie de lei de responsabilidade educacional, com o compromisso de os prefeitos instituírem programas de ensino com qualidade, com horário integral para os alunos.

No entender de Cristovam – ex-ministro da Educação no governo Lula –, a PEC, em análise do Senado, não vai alterar a educação brasileira. Principalmente, acrescentou o parlamentar, em relação à qualidade do ensino, qualificação e valorização profissional dos professores e pessoal de apoio.

– A proposta representa um pequeno avanço para a educação brasileira mas, ao mesmo tempo, mantém o país escravizado, atrasado e dependente rumo a um ensino que venha atender aos anseios da população – concluiu.

Crivella pede ajuda para brasileiros presos nos EUA

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apelou ao Itamaraty e, em especial, ao governo americano para que encontrem formas de atenuar a situação em que se encontram brasileiros que, por serem imigrantes ilegais nos Estados Unidos, estão em presídio de segurança máxima em Boston.

O senador informou que, segundo notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo, dois desses brasileiros, por terem iniciado uma greve de fome com

a finalidade de serem deportados para o Brasil, foram colocados em celas de isolamento, com vigilância permanente. Ele ressaltou que, segundo convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), imigrantes ilegais não podem ser detidos em presídios destinados a criminosos.

Crivella, que é presidente da CPI da Emigração Ilegal, informou que, em 2004, quase 9 mil brasileiros foram presos nas fronteiras americanas. Em

2005, acrescentou, esse número chegou a 33 mil. O parlamentar explicou que os emigrantes vão principalmente para os Estados Unidos, mas a Europa Ocidental também atrai muitos brasileiros.

– É lamentável que o Brasil, com um futuro tão brilhante, possa passar por uma fase tão dura, ao ver seus jovens tentando encontrar uma vida melhor, emigrando ilegalmente – afirmou.

Paim critica alteração no estatuto das micro

Paulo Paim (PT-RS) criticou, em discurso no Plenário, o Projeto de Lei Complementar 123/04, que altera o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Segundo o parlamentar, um dos artigos do projeto, que está sendo discutido na Câmara, determina que a contribuição mensal do empregador para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador poderá ser de, no máximo, 0,5%, enquanto hoje é de 8%.

– Não é retirando os direitos mínimos do trabalhador que vamos melhorar as micro e pequenas empresas. Precisamos é reduzir encargos sobre a folha de pagamentos – afirmou.

O artigo proposto fere, segundo Paim, o princípio da “irrenunciabilidade de direitos”, uma das bases do Direito do Trabalho, visando evitar que, em face da necessidade do emprego, o trabalhador aceite toda e qualquer condição que lhe seja imposta. Na opinião do parlamentar, a alteração também fere o princípio da isonomia.

– Faço um apelo para que o relator do projeto revise essa posição e promova um debate maior sobre o assunto, pois não permitirei que sejam violados os direitos constitucionais dos trabalhadores brasileiros – assinalou Paim.

REFLORESTAMENTO – Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que o Ibama permita a atividade econômica controlada em áreas de reservas já alteradas pela ação humana. Essa exploração, explicou, se daria por meio de reflorestamento, de modo a evitar que agricultores e madeireiros venham a penetrar em reservas ainda intocadas.

PESAR – O Senado encaminhará, a pedido de Romero Jucá (PMDB-RR), condolências à família do ex-secretário de Boa Vista agrônomo Dorval de Magalhães, que morreu quinta-feira. A pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado também enviará condolências aos familiares de Quiélse Crisóstomo da Silva, que faleceu terça-feira.

CARTEIROS – José Maranhão (PMDB-PB) pediu que o Congresso derrube o veto presidencial ao projeto da Câmara (PLC 6/02) que estende o direito à complementação da aposentadoria a todos os empregados dos Correios admitidos até dezembro de 1976. O projeto, afirmou, acaba com a discriminação contra os carteiros.

GREVE – Efraim Morais (PFL-PB) registrou decisão dos procuradores da Fazenda Nacional de deflagrar greve geral nesta segunda-feira contra a deficiência de recursos do órgão e por um tratamento adequado à estatura do cargo que ocupam. O senador prestou solidariedade ao movimento dos procuradores.



180 anos do Senado

Jornal do Senado inicia série especial para celebrar a criação da Casa Legislativa, em 1826. Neste número, os primeiros 18 anos do Senado

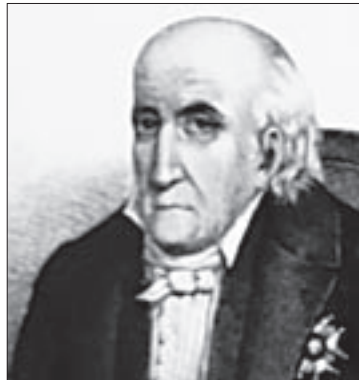


Imperador convoca Câmara dos Senadores

Foi com três dias de atraso, mas, ao meio-dia de 6 de maio de 1826, dom Pedro I instalou, no prédio do Paço do Senado, no Rio de Janeiro, a Assembléia Geral do Império do Brasil. Em sua "Fala do Trono", o imperador se dirigiu aos membros de ambas as Casas: Câmara de Deputados e Senado, ou melhor, Câmara de Senadores.

A chamada sessão imperial de abertura, segundo a Carta Constitucional de 1824, deveria sempre ocorrer no dia 3 de maio, data em que se comemorava o descobrimento do Brasil até o quarto centenário. O atraso ocorrera por divergências entre as câmaras com relação ao cerimonial.

A convocação por dom Pedro I vinha da necessidade urgente de a Assembléia Geral autorizar aumento de impostos, para que o governo pudesse arcar com os altos custos causados pela guerra na Província Cisplatina – esta, dois anos mais tarde, seria reco-



Político de destaque, Visconde de Cairu opôs-se à abdicação de dom Pedro I

nhecida por Brasil e Argentina como nação independente: a República Oriental do Uruguai.

Senadores vitalícios escolhidos pelo monarca

Os senadores no Império eram escolhidos pelo monarca a partir de cada uma das listas tríplexes de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Para o cargo, que



Padre Feijó chocou as Cortes Gerais de Lisboa ao discursar pela independência do Brasil

era vitalício, somente podiam ser candidatos cidadãos brasileiros com 40 anos de idade ou mais, e rendimento anual acima dos 800 mil réis.

Em 29 de abril, na primeira sessão preparatória, foram eleitos, por aclamação, o presidente da Mesa diretora da Casa, senador José Egidio Álvares de Almeida, e o vice, senador Francisco de Assis Mascarenhas.

A atuação do baiano Visconde de Cairu

O baiano José da Silva Lisboa, Barão (nomeado em 1825) e Visconde de Cairu (1826), foi um dos políticos brasileiros de maior destaque desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

Na passagem de dom João VI pela Bahia, destacou as vantagens de uma abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal, o que terminaria por resultar na Carta Régia de 24 de janeiro de 1808.

Foi um dos deputados constituintes de 1823, eleito pelo estado da Bahia. Senador nomeado para a 1ª Legislatura, foi contrário ao movimento que resultou na abdicação de dom Pedro I.

Pertenceu ao Partido Restaurador Caramuru, que desejava a volta do imperador. Foi forte opositor de Feijó. Durante a reforma constitucional, defendeu a vitaliciedade do mandato dos senadores. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de agosto de 1835.

A trajetória do senador Padre Antônio Feijó

Diogo Antônio Feijó ordenou-se padre em 1807. Dedicou-se ao sacerdócio e ao magistério no interior de São Paulo. Em Itu, passou a se ocupar da política, elegendo-se deputado junto às Cortes Gerais de Lisboa, em 1821. Chocou as Cortes ao discursar em favor da independência do Brasil e teve de fugir para Londres. Voltou com o país já independente.

Ministro da Justiça da Regência Trina Permanente, criou a Guarda Nacional e angariou o apoio da aristocracia rural. Em 1833 foi nomeado senador e eleito presidente do Senado. Tornou-se regente do Império em outubro de 1835. Enfrentou várias revoltas e renunciou em setembro de 1837, voltando a presidir a Casa em 1839. Faleceu em 1843, logo após ter sido absolvido por participar da Revolta Liberal de São Paulo.

Dom Pedro I abdica e as regências entram em cena

"Augustos e digníssimos representantes da nação brasileira: está encerrada a sessão." Inusitadamente, com essas palavras dom Pedro I encerrou os trabalhos legislativos de 1829, enquanto deputados e senadores presentes naquela sessão solene esperavam um discurso que diminuísse as tensões e o inconformismo da nação.

À grave crise econômica, juntavam-se acusações de descumprimento da Constituição. Em 1830, a situação se agravou com o assassinato do jornalista Líbero Badaró, ferrenho crítico do governo. Como solução, o monarca nomeou o "Ministério Brasileiro" (20/3/1831), mas, poucos dias depois, o dissolveu, reunindo antigas figuras do reinado no chamado "Gabinete dos Marqueses". Os liberais, entre eles o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, pressentiram que o imperador suspenderia direitos políticos. Resolveram protestar e pedir a reintegração do ministério anterior. Mais de 2 mil pessoas se juntaram no Campo de Santana (RJ). Pressionado, dom Pedro I abdicou na madrugada de 7/4/1831 em favor de seu filho de cinco anos.

Os senadores regentes do Brasil

No prédio do Senado, às 10h da manhã, parlamentares elegeram, como determinava a Constituição, uma regência provisória, composta pelo senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), pelo senador Vergueiro e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Em 17 de junho, a Assembléia Geral elegeu a Regência Permanente, composta por João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho, mais o brigadeiro Lima e Silva.

Após o Ato Adicional à Constituição de 1834, as regências passaram a ser unas. O senador Padre Diogo Antônio Feijó foi eleito, em 1835, o primeiro regente uno. O segundo e último regente que o país teve foi o senador Pedro de Araújo de Lima.



Governo de dom Pedro I foi marcado por grave crise econômica

Luta de Feijó pela extinção do Senado não tem êxito

As discussões sobre mudanças na Constituição ocorriam desde a abdicação de dom Pedro I. Os liberais exaltados, ou "jurujubas", liderados pelo então deputado Feijó, passaram a conspirar em prol de uma reforma. Em 31 de julho de 1832, reunidos em Pouso Alegre (MG), eles propuseram, entre outras coisas, a transformação da Câmara dos Deputados em Assembléia Nacional. A proposta inicial era a extinção do Senado, mas predominou a posição de transformá-lo num órgão figurativo sem poderes.

A chamada "Constituição de Pouso Alegre" e o golpe foram malogrados, pois não contaram com o apoio dos liberais moderados, que temiam uma ditadura de Feijó. A reforma foi, enfim, autorizada por lei em 12 de outubro de 1832.

As eleições de 1833 foram ganhas pelos moderados. Um dos principais pontos da discussão, a extinção da vitaliciedade dos membros do Senado, não obteve apoio. Em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional fixou as seguintes modificações: criação do município

neutro no Rio de Janeiro; supressão definitiva do Conselho de Estado; e regência una com mandato de quatro anos.

Dom Pedro II tem maioria antecipada

A discussão de antecipar a maioria de dom Pedro foi trazida à baila pelos liberais no fim de 1839. A questão se acirrou em 1840, quando, em 22 de julho, o recém-empossado ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos adiou as reuniões da Câmara dos Deputados para novembro daquele ano.

Deputados liberais resolveram abandonar a Câmara, e se dirigiram ao Senado. Seguidos por milhares de pessoas, chegaram à rua do Senado e uma comissão de senadores (Vergueiro, Holanda Cavalcanti e José Martiniano de Alencar) se dirigiu ao jovem Pedro para pedir que assumisse o governo.

No dia seguinte, no Paço do Senado, o senador Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, presidiu a Assembléia e declarou dom Pedro II maior e no pleno exercício de seus direitos constitucionais.

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1822-1841

22/9/1822	Dom Pedro I proclama a independência do Brasil
3/5/1823	Instalação da primeira Assembléia Constituinte
12/11/1823	Dissolução da Assembléia Constituinte (14 deputados são presos)
13/11/1823	Criação do Conselho de Estado, encarregado, entre outras coisas, de elaborar o projeto de Constituição
25/3/1824	Carta Constitucional de 1824 é outorgada
6/5/1826	Primeira sessão legislativa da Assembléia Geral, presidida por dom Pedro I
12-14/3/1831	Noites das Garrafadas, conflitos entre brasileiros nacionalistas e portugueses favoráveis a dom Pedro I
7/4/1831	Abdicação de dom Pedro I e eleição da Regência Trina Provisória
12/10/1835	Posse do senador Feijó como regente do Império, após vencer eleições diretas
1835-1840	Cabanagem, no Grão-Pará
1835-1845	Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul
6/11/1836	Proclamação da República do Piratini (RS)
1837-1838	Sabinada, na Bahia
19/9/1837	Renúncia de Feijó
22/4/1838	Eleição direta confirma o senador Pedro de Araújo Lima regente do Império
1838-1841	Balaiada, no Maranhão
22/7/1840	Proclamação da maioria de dom Pedro II
18/7/1841	Coroação de dom Pedro II

Voz do Leitor

PRISÕES

"Peço que o governo não abra concessões para a construção de prisões com iniciativa privada."

Plínio César Costa Angelis, de Maringá (PR)

IMPOSTO

"Sugiro um projeto que vise à redução de pagamento de impostos por meio da criação de um imposto único que permita, ao cidadão pagante de imposto municipal, isenção do pagamento estadual ou federal."

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

CRESCIMENTO

"O Senado tem importante papel no crescimento e desenvolvimento do país. O Brasil tem vivido um crescimento muito bom, mas precisamos melhorar. Por isso, peço ao Senado que continue com esse ânimo, e que os senadores façam como os jogadores de futebol: se for preciso, que dêem caneladas, porque o Brasil não pode parar."

Almir Teles, de Camocim (CE)

PISO SALARIAL

"Sugiro um projeto de lei que disponha sobre um novo piso salarial para atender às prefeituras carentes que sobrevivem do Fundo de Participação Municipal. A maioria das prefeituras do Nordeste não tem renda suficiente e, quando há um reajuste no salário mínimo, as prefeituras se vêem obrigadas a demitir funcionários para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Lembro que há algum tempo existiam dois pisos salariais no Nordeste, e a minha sugestão é que essa

política volte."

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

APOSENTADORIA

"Por que o governo não paga os processos de milhares de aposentados? O governo não respeita os idosos e não cumpre a lei. São milhares de processos ganhos contra a Previdência, e ela tem que pagar. O trabalhador brasileiro não pode continuar a ser humilhado desse jeito."

José Luiz Neto, de São Paulo (SP)

PRESIDENTE LULA

"Um sujeito comprou um carro com o tanque de gasolina cheio. Andou quilômetros, mas não renovou o tanque. O carro rateia e pára por falta de combustível. O presidente Lula encontrou o país com o tanque cheio, mas não abasteceu. O país rateia..."

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

DESIGUALDADE

"Gostaria de saber por que um estagiário ou aprendiz de ensino médio, com menos de 18 anos, ganha só metade de um salário mínimo e estagiário maior de 18 anos pode ganhar um mínimo."

Daniilo de Santana Nunes, de Aquidabã (SE)

CAMPANHA ELEITORAL

"De acordo com o senador José Agripino, a participação do cidadão e das empresas nas campanhas eleitorais significa democracia. O financiamento público nas campanhas não contará com interesses financeiros particulares e das empresas."

Wagner de Araújo Lemos, Rondonópolis (MT)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70.165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

DESIGUALDADE RACIAL

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

"Senador César Borges, como acabar com a desigualdade racial no país? Qual a sua opinião sobre o assunto?"

O senador César Borges (PFL-BA) responde:

Caro Jailson, ninguém pode negar o injusto desequilíbrio econômico e social entre brancos e negros. As oportunidades de acesso a mercado de trabalho, níveis salariais e estudo são muito desiguais. Para ajustar esse desequilíbrio, tenho me colocado na defesa de ações afirmativas para as minorias, inclusive raciais. Nesse sentido, busco apoiar projetos de lei como o PLS 213/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que aprovamos no Senado em novembro passado. É o famoso Estatuto da Igualdade Racial, que tive a honra de relatar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O estatuto apresenta novidades importantes, como o preenchimento de cargos públicos por meio de cotas e a contratação preferencial de empresas que adotem programas de promoção da igualdade. Determina também que parte dos recursos do FAT financie políticas de inclusão do negro no mercado de trabalho e estabelece políticas de saúde específicas para os afro-descendentes, como a atenção básica para a anemia falciforme. O estatuto abrange outras iniciativas nos setores de cultura, educação, esporte, lazer, liberdade religiosa e acesso à Justiça. Acredito que, à medida que a sociedade passe a perceber a gravidade dessa questão, se movimentando por debates e outros eventos, também ações no setor privado e comunitário vão ajudar a transformar essa realidade. Vamos esperar que a Câmara dos Deputados aprecie o quanto antes o estatuto, confirmando a decisão do Senado, para transformar em lei esse conjunto de medidas que já chega atrasado, observada a urgência e importância que o assunto tem para reduzir a desigualdade no Brasil.



DOAÇÃO DE SANGUE

Elias dos Santos Ferro, de Porto Real do Colégio (AL)

"Senador Teotonio Vilela Filho, o que tem sido feito no país para estimular o aumento do número de doadores de sangue? Quais projetos que beneficiam pacientes necessitados de doação de sangue tramitam no Senado?"

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) responde:

Meu caro Elias, informo-lhe que está tramitando no Senado Federal o projeto de lei (PLS 202/00) que concede estímulo a doadores de sangue. Esse projeto, de autoria do então senador Lúcio Alcântara, já foi aprovado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa, significando dizer que o mesmo seguirá para a Câmara dos Deputados. Informo-lhe ainda que não tem outra matéria tramitando no Senado que beneficie pacientes necessitados de doação



Frases

"Este é um momento glorioso para o Senado"

Renan Calheiros, comemorando a aprovação da PEC que restringe o uso de MPs.

"Até para comprar goiabada cascão as MPs já foram usadas"

Paulo Paim, sobre a mudança no rito de tramitação das medidas provisórias.

"Lula deseja realizar tudo o que não fez nos três anos anteriores"

César Borges, que acusou o governo federal de lançar projetos eleitoreiros.

"O presidente Lula está dando um show"

Sibá Machado, rebatendo as críticas de César Borges.

"Às vezes assistir aos programas de televisão dá a impressão de que se está em outro país; ou então, ao assistir aos debates aqui nesta Casa tem-se a impressão de que o Senado é que está em outro país"

Cristovam Buarque, cobrando atenção do Senado para os cortadores de cana morrendo de fadiga e para as crianças que pedem comida à beira de estradas, mostrados na TV.

"Era um ônus que nós sempre carregávamos"

José Jorge, comemorando a diminuição do recesso parlamentar.

"Não é fácil em uma Casa pluralista como esta manter um órgão equilibrado, em que todos tenham a mesma oportunidade, sem nenhum privilégio"

José Sarney, na homenagem aos dez anos da TV Senado, criada durante sua gestão.

"A história do PT é a história da redemocratização do Brasil"

Eduardo Suplicy, em homenagem aos 26 anos do Partido dos Trabalhadores.

"O mercado financeiro é um mercado capitalista, feito para ganhar dinheiro. Se a outra ponta é incompetente, não posso fazer nada"

Lauro Gouvêa, dirigente da corretora Quantia, acusada de envolvimento em perdas dos fundos de pensão, em depoimento na CPI dos Correios.

Foto da Semana

O Plenário do Senado teve movimentação intensa e foi palco de decisões históricas, como as novas regras para as medidas provisórias, a redução do recesso parlamentar e o fim do pagamento extra, numa semana que começou com a divulgação de pesquisa Datafolha apontando a recuperação da imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública



MOREIRA MARIZ

Um ano a mais de educação

O ensino fundamental terá duração de nove anos e deve receber crianças a partir dos seis anos de idade.

Essas modificações já são adotadas em boa parte do ensino no país, mas com a nova lei, aprovada pelo Congresso durante a convocação extraordinária e sancionada pelo presidente da República, todas as demais escolas terão prazo até o ano de 2010 para implementar o ensino com a nova duração.

As conseqüências dessas mudanças na educação serão o tema do debate do programa Conexão Senado, da Rádio Senado, desta segunda-feira. O programa começa ao meio-dia e recebe a participação dos ouvintes pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777, ou por e-mail, no endereço conexao@senado.gov.br.

Já no programa Prosa e Verso, no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h, o



Alunos da 4ª série, em Brasília: ensino em debate na Rádio Senado

samba viaja pela história do Brasil. Como o artista popular, o sambista, viu a passagem da história? Como se refletem no carnaval as mudanças históricas e o próprio sentido dos acontecimentos?

Na quarta-feira, às 23h, o programa Música do Brasil transmite um show de Tom Jobim gravado ao vivo, em março de 1981, com o maestro e compositor conversando com o público e interpretando seus clássicos.

Com prodigiosos sambas, a Rádio Senado promove uma empolgante análise da história do país: Exaltação a Tiradentes, da Império Serrano; Onde o Brasil Aprendeu a Liberdade, da Vila Isabel; Anos 30, Vento Sul - Vargas, da Salgueiro; Os Sertões, da Em Cima da Hora; Liberdade, Liberdade, da Imperatriz Leopoldinense, e o bombástico Traços e Troças, da Salgueiro.

Tom Jobim e seus clássicos

Na quarta-feira, às

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

INSTITUCIONAL

Censo legislativo "descobre" dois novos municípios

O Programa Interlegis, órgão vinculado ao Senado responsável pelo primeiro Censo do Legislativo do país, constatou durante o levantamento de dados a existência de dois novos municípios brasileiros, antes do registro dos mesmos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São eles Ipiranga do Norte e Itanhangá, em Mato Grosso.

Criados em julho de 2005, os novos municípios não constavam nos registros dos recenseadores, que coletaram os dados e entraram em contato com o IBGE. No catálogo eletrônico Cidades@, mantido na página do instituto

na Internet, os dois municípios já estão cadastrados. A população estimada de Ipiranga do Norte é de cerca de 2 mil habitantes, e a de Itanhangá, de 4 mil.

O levantamento completo do Poder Legislativo – trabalho que procurou fazer o retrato exato do Legislativo nas esferas municipais, estaduais e federal – será apresentado em abril, durante seminário promovido pelo Senado. O evento deverá reunir cientistas políticos de universidades brasileiras e do exterior para discutir com os parlamentares, a partir dos dados extraídos pelo censo, os melhores caminhos para modernizar o Legislativo e estreitar

seu relacionamento com a sociedade.

O presidente do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), comentou alguns dos casos registrados pelos recenseadores do Censo do Legislativo, como o de um prefeito que tentou impedir o trabalho dos vereadores por estes não terem aprovado lei de seu interesse. A história ilustra a constatação de uma comum dependência indevida entre Legislativo e Executivo nas esferas municipais.

Segunda etapa do Interlegis deve garantir modernização

O seminário que irá apresentar os dados do primeiro Censo do Legislativo também será o marco do início do segundo ciclo do programa, o Interlegis 2. Com objetivo ainda mais ousado que o da primeira etapa, a idéia é gerar um sistema de inteligência que modernize todas as ações do Legislativo, desde a gestão administrativa das sedes do Poder até o processo legislativo propriamente dito, principalmente no tocante às câmaras municipais.

Assim, soluções legislativas para problemas enfrentados em algum município brasileiro virarão modelo para questões similares em outras localidades,

evitando a repetição de processos. Além disso, o sistema evitará a promulgação de leis repetidas, com teor incongruente a leis anteriores ou inconstitucionais.

O primeiro ciclo, conhecido como Interlegis 1, teve início em 1997 e foi responsável pelo suporte técnico que viabiliza a troca de informações entre as casas legislativas. O Interlegis – programa desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – equipou e treinou servidores e membros de 3.037 câmaras municipais, levando a todas elas computadores, softwares, impressora e modem.

DIVULGAÇÃO INTERLEGIS



Câmara Municipal de Juvenília, em Minas Gerais, presta contas de forma inusitada

Retrato detalhado das câmaras

Coordenado pela pesquisadora Telma América Venturelli, o programa do Censo do Legislativo levantou dados completos das câmaras municipais, desde a estrutura física até a avaliação do corpo parlamentar das casas. O trabalho, que começou em 2003, está em fase final com a análise de dados por diversas entidades, como universidades.

A equipe do Censo contou com 260 voluntários, entre recenseadores e supervisores, na maioria com nível superior. Cada

um catalogou as câmaras com endereço, telefone e fax, relatou a estrutura física, as áreas de informação e comunicação, a qualidade do processo legislativo, a parte financeira etc.

Foram aplicados questionários e tiradas diversas fotografias, algumas com soluções inusitadas para a transparência na política. A Câmara Municipal de Juvenília, em Minas Gerais, por exemplo, expôs em um outdoor sua prestação de contas referente ao primeiro semestre de 2005.



Além disso, interligou as 27 unidades da Federação por meio de suas assembleias legislativas, da Câmara Distrital, do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União, em um sistema de videoconferência que já tem promovido grande redução nos custos de viagens e telefone e uma interação pioneira entre parlamentares de casas estaduais e a federal.

Alô Senado altera horário telefônico

O Alô Senado, central de relacionamento com o cidadão, alterou seu horário de atendimento telefônico: das 8h às 20h, nos dias úteis, o serviço está à disposição de todos os interessados em encaminhar opiniões, sugestões, reclamações e questionamentos aos parlamentares ou aos setores administrativos do Senado Federal.

O serviço também fornece informações sobre a Casa, proposições em tramitação e demais textos legais pertinentes à esfera do Poder Legislativo.

O cidadão tem ainda à sua disposição, para consultas e informações relativas ao Senado, o correio eletrônico alosenado@senado.gov.br, o formulário na Internet, em www.senado.gov.br, o fax 0800 612210, ou pode manifestar-se por carta para o endereço Senado Federal, Anexo D, Bloco 4, Térreo, CEP 70165-900, Brasília (DF).

Conheça o Senado

Rádio Senado cria "Balcão de Sementes"

População rural e de pequenas comunidades iniciaram há um ano uma ação de interatividade com a equipe da Rádio Senado Ondas Curtas: a troca de sementes de árvores, especialmente de espécies nativas brasileiras.

Por meio do programa Senado é Mais Brasil, no quadro "Sintonia Ambiental", o diretor de coordenação em Ondas Curtas da Rádio Senado, José Carlos Sigmaringa, iniciou há um ano o incentivo ao reflorestamento de matas nativas e à exploração sustentável das florestas.

– Eu comentei no ar que possuía sementes de pau-brasil e as pessoas se interessaram. Alguns ouvintes ligaram, outros mandaram e-mails pedindo exemplares – relata Sigmaringa.

Em pouco tempo, segundo ele, diversos ouvintes começaram a enviar sementes de espécies nativas ou não das matas brasileiras para que pudessem ser doadas aos que solicitavam.

Em um ano, mais de 180 solicitações foram atendidas. Com isso, foi criado até mesmo um quadro específico dentro do

programa, o "Balcão de Sementes", por meio do qual já foram trocadas sementes de cerca de 60 espécies, entre elas baru, jatobá, cedro, aroeira e copaíba.

– É interessante ver como as pessoas se motivam para esse tipo de trabalho de preservação. Elas se preocupam com o reflorestamento – diz Sigmaringa.

O programa é transmitido diariamente das 7h às 10h, em 5990 kHz, faixa de 49 metros, e é ouvido principalmente por moradores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com

maior concentração nos estados do Tocantins, nordeste de Mato Grosso, sul do Pará, do Maranhão e do Piauí, oeste da Bahia e norte de Minas Gerais e Goiás.

Com as sementes, os ouvintes recebem uma carta da equipe da rádio, que informa o nome do doador, o estado onde mora, além de dicas sobre a espécie e seu plantio. Cartas podem ser enviadas para o endereço Praça dos Três Poderes, s/n, Rádio Senado Ondas Curtas, CEP 70165-900, Brasília (DF).



Sigmaringa observa interesse e preocupação dos ouvintes com o reflorestamento

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Compra e aluguel de imóvel exigem cuidados

A satisfação com a compra ou o aluguel de um imóvel depende de uma cuidadosa análise: para começar, é preciso definir claramente as necessidades e os recursos disponíveis, identificando as características obrigatórias do imóvel, o que delimita a busca. Feito isso, é ler os classificados, prestar atenção às ofertas e perguntar, perguntar muito. Um pouco de organização sempre ajuda. Vale a pena anotar os dados dos imóveis mais atraentes, como preço, localização,

tamanho, restrições etc.

Selecionado o imóvel, deve seguir-se uma cuidadosa investigação. É preciso ir ao local em horários diversos, conhecer os vizinhos e a infra-estrutura, verificar se existem inconvenientes, checar a documentação. O importante, segundo Joaquim Campelo, advogado especialista em transações imobiliárias em Brasília, é não se apressar, especialmente na compra: "Sempre analisamos um negócio usando critérios emocionais e racionais. É preciso buscar um

equilíbrio entre eles, sob pena de se comprar ou alugar um imóvel muito agradável e ter sérios problemas com a documentação ou a vizinhança, por exemplo".

Os especialistas recomendam ainda que se desconfie, sempre, do excelente negócio. Em se tratando de imóvel, nunca tome uma decisão por impulso e contente-se com o negócio razoável, bom para as duas partes. Muitos negócios aparentemente fantásticos têm o estranho hábito de transformar-se em imensas dores de cabeça.

Dicas para uma locação segura

- ▶ No contrato deve constar nome e dados do locador, do locatário e do fiador, se houver; descrição e endereço do imóvel; data do início e prazo de locação; valor do aluguel; índice e periodicidade do reajuste (a lei define correção anual); forma, local e data de pagamento; tipo de garantia; responsável pelos encargos; destinação do imóvel – residencial, não residencial ou comercial; valor da multa em caso de rescisão; e termo de vistoria. Proprietário e inquilino devem guardar uma via assinada e datada.
- ▶ O termo ou laudo de vistoria deve conter todos os detalhes do estado de conservação do imóvel.
- ▶ Os fiadores respondem por todas as obrigações previstas no contrato até a entrega do imóvel.
- ▶ Atrasado o pagamento, podem ser cobrados multa e juros. A multa pode ser superior aos 2% previstos no Código de Defesa do Consumidor, pois a Lei do Inquilinato não estabelece limite.

O proprietário ou locador

- ▶ deve entregar o imóvel em condições de uso;
- ▶ só pode exigir um tipo de garantia (fiança, caução ou seguro-fiança);
- ▶ pode pedir pagamento antecipado do mês vincendo se não exigir outra garantia;
- ▶ deve pagar as taxas da imobiliária ou corretor e as taxas extras do condomínio, se for o caso;
- ▶ pode repassar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao locatário se for acordado no contrato;
- ▶ não pode reaver o imóvel antes do fim do contrato;
- ▶ deve dar preferência de compra ao locatário no caso de venda do imóvel.

O inquilino ou locatário

- ▶ deve verificar o valor da taxa de condomínio, se houver, antes de assinar o contrato;
- ▶ na locação de apartamento, deve pagar o seguro contra incêndio;
- ▶ pode participar das reuniões sobre despesas ordinárias do condomínio sem procuração;
- ▶ deve pagar as despesas ordinárias do condomínio;
- ▶ deve pedir autorização por escrito ao proprietário antes de alterar ou reformar o imóvel;
- ▶ se devolver o imóvel antes do vencimento do contrato, deve pagar a multa de rescisão prevista;
- ▶ para desocupar o imóvel depois de vencido o contrato, deve comunicar o locador por escrito com 30 dias de antecedência;
- ▶ ao desocupar o imóvel, deve realizar nova vistoria, devolver as chaves e solicitar ao locador um recibo de quitação geral e irrestrita;
- ▶ deve usar o imóvel para o fim a que se destina e devolvê-lo no mesmo estado em que o recebeu.

Como assegurar um bom negócio

Segundo João Teodoro da Silva, presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), primeiramente o comprador deve certificar-se de que o imóvel cabe no seu bolso, seja na compra, seja quanto a taxas de condomínio e outras.

Fundamental também é consultar um corretor, tabelião ou advogado para esclarecer dúvidas ou auxiliar no negócio. Além disso é necessário:

- ▶ certificar-se junto à administração pública quanto ao eventual uso de área pública;
- ▶ verificar se o imóvel está financiado e, caso esteja, as

pendências e condições de transferência do contrato;

- ▶ checar se foi dada preferência de compra ao inquilino, em caso de imóvel alugado;
- ▶ para imóvel na planta, verificar:

- a qualidade da construção, consultando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) da região, sobre a construtora e os responsáveis pela obra;
- se a planta está aprovada pela prefeitura;
- se a incorporação está registrada em cartório de registro de imóveis;

– o tipo de construção: se é por administração, por empreitada ou outro, e a forma de pagamento;

- eventuais reclamações contra a empresa no Procon;
- se a obra está ou pode ser financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e quais as condições; e
- se no contrato há previsão de multa por atraso na entrega.

- ▶ ao assinar o contrato, risque os espaços em branco;
- ▶ por último, registre o imóvel em cartório. Costuma-se dizer no mercado que "quem não registra, não é dono".

Documentação: garantia contra prejuízos

Para ter certeza de que o imóvel não tem restrições e de que o vendedor é idôneo e não tem dívidas cuja cobrança possa comprometer o negócio no futuro, deve-se exigir:

- ▶ Escritura registrada no competente cartório de registro de imóveis.
- ▶ Certidão de ônus reais: comprova a inexistência de restrições à propriedade do imóvel (penhora, hipotecas etc.).
- ▶ Certidão de situação imo-

biliária: comprova a quitação dos impostos municipais.

- ▶ Certidão negativa do ajuizamento de débitos fiscais sobre o imóvel.
- ▶ Certidão de capacidade jurídica do vendedor: comprova que ele não está sujeito a interdições ou tutelas.
- ▶ Certidão negativa de ações e execuções cíveis e fiscais contra o vendedor, da Justiça Comum e da Justiça Federal.
- ▶ Certidões dos tabelionatos

de protesto de títulos sobre o vendedor.

- ▶ Cuidados especiais
- ▶ Certidão vintenária do imóvel com negativa de ônus e alienação atualizada.
- ▶ Certidão negativa de débito do vendedor junto à Secretaria da Receita Federal.
- ▶ Certidão negativa de feitos ajuizados contra o condomínio, se for o caso.
- ▶ Declaração do condomínio da inexistência de débitos.

Informações

Associações

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac)
www.abac.org.br - (11) 3231-5022

Associação dos Mutuários e Consumidores de Imóveis (Asmut)
www.asmut.com.br - (61) 3443-7000

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
www.cbic.org.br - (61) 3443-7000
Acesso ao Sinduscon de cada estado

Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
www.cofeci.gov.br - (61) 3321-2828
Acesso ao Creci de cada estado

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)
www.confea.org.br - (61) 3348-3700
Acesso ao Crea de cada estado

Agentes financeiros

Caixa Econômica Federal
www.caixa.gov.br - 0800 574-0101

Defesa do consumidor

Banco Central
www.bcb.gov.br - 0800 99-2345
Fiscaliza agentes financeiros e consórcios

Portal do Consumidor
www.portaldconsumidor.gov.br

Acesso aos Procons em cada estado, que fiscalizam agentes financeiros, consórcios, construtoras e imobiliárias.

Legislação

Lei 8.245/91 - Lei do Inquilinato

Lei 4.591/64 - Lei do Condomínio
www.planalto.gov.br

Propostas em tramitação

PLS 533/03, do senador Aelton Freitas (PL-MG) – Regulamenta o sistema de consórcios. Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos.

PLS 351/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS) – Cria programa para oferecer acesso à moradia a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

PLC 38/04 – Obriga a identificação do corretor na escritura de compra e venda. Vetado pelo presidente da República, aguarda formação de comissão mista do Congresso para relatar o veto.

PLS 180/05, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – Institui programa no âmbito do SFH que isenta de juros por até cinco anos os financiamentos de

imóveis para famílias com renda até dez salários mínimos. Tramita na CCJ.

PLS 28/03, do senador Paulo Paim (PT-RS) – Determina que o proprietário pague os impostos, taxas e seguro do imóvel que aluga. Matéria na CCJ.

PLS 329/04, do senador Alberto Silva (PMDB-PI) – Extingue a fiança locatícia. Pronto para votação na CCJ.

PLSs 545, 582, 595, 665 e 681, todos de 1999 – Tramitam em conjunto e criam seguro-garantia na venda de imóveis não concluídos, entre outras medidas. Prontos para votação na CCJ.

PLS 586/99 – Permite o uso do FGTS na compra de casa própria "em qualquer sistema de financiamento habitacional". Do então senador Carlos Patrocínio, foi vetado e aguarda apreciação do veto.